

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
RAQUEL MÁRCIA MATOS

**UFECO – BUSCANDO PARCERIAS PARA
CONSTRUIR LEGITIMIDADE: A EXPERIÊNCIA DOS
SEMINÁRIOS REGIONAIS**


Profa. Krystina Matys Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 25 / 08 / 2003

Florianópolis, setembro de 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
RAQUEL MÁRCIA MATOS

**UFECO – BUSCANDO PARCERIAS PARA
CONSTRUIR LEGITIMIDADE: A EXPERIÊNCIA DOS
SEMINÁRIOS REGIONAIS**

Florianópolis, setembro de 2003.

RAQUEL MÁRCIA MATOS

**UFECO – BUSCANDO PARCERIAS PARA
CONSTRUIR LEGITIMIDADE: A EXPERIÊNCIA DOS
SEMINÁRIOS REGIONAIS**

Iliane Kolher

Simone Matos machado

Krystyna Mattys Costa

AGRADECIMENTOS

*"O Senhor é meu pastor
e nada me faltará"
Salmo 23.21*

Primeiramente a minha mãe por sua existência a Sra. Roberta Matos da Silva...

Aos meus irmãos e mãe pelo companheirismo: Gilberto Matos da Silva, Nelson Matos da Silva, Manoel Matos da Silva;

Ao meu primo Elpídio e sua esposa Vanilda pela sua dedicação, carinho e amizade...

Aos professores, em especial a Iliane Kolher, Simone Matos Machado, Krystyna matys Costa, Zulamar e Ondina pelo apoio e ajuda nesta etapa conclusiva...

A equipe de Assistentes Sociais do Hospital Universitário (HU) pela oportunidade...

À Universidade Federal de Santa Catarina... pelo Ensino Gratuito e de Qualidade...

*À Sra. Alvaci de Oliveira e seus filhos (Geter; Giane; Gilson; Genilton; Gean)
o meu sincero obrigado...*

...E a todos que fazem parte da minha vida ou que um dia fizeram...

Para minha amada e querida prima Alaide Matos Pereira e seus filhos:

Ricardo; Robson; Alexandre; Geraldo em nossos belos dias...

Para minha prima Dalva e seu esposo Élcio e família...

Á doce e amiga Fernanda Verner (UFSC) pela nossa amizade com o

Decorrer do curso...

Para Gilmar de Oliveira Cardoso, com toda a paixão e afeto pelos nosso dias vivenciados

Juntos em nossa existência....

Á TUANYuma cachorrinha, muito amiga e super inteligente...

RESUMO

No presente Trabalho de Conclusão de Curso abordaremos como tema principal o momento atual da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, especialmente no que se refere à realização dos Seminários Regionais em parceria com o Fórum da Cidade. Sendo assim, o primeiro capítulo, apresentará algumas idéias sobre o associativismo e os movimentos sociais, a fim de fundamentar teoricamente o estudo. Já no segundo capítulo, será abordado o associativismo e as lutas democráticas em Florianópolis, bem como um breve histórico da UFECO e o seu envolvimento com os Seminários Regionais realizados no ano de 2002. No terceiro capítulo, será mencionada a metodologia utilizada nas entrevistas feitas com os representantes da UFECO, além da descrição e da análise das respostas.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Quadro dos Seminários Regionais.

FIGURA 2 - Entidade que representa – telefone

FIGURA 3 - Desde quando é representante da UFECO ou da FAMESC Nesta Região?

FIGURA 4 - Há quanto tempo está no Conselho Comunitário, UFECO ou FAMESC?

FIGURA 5 - Como foi a experiência de participação no seminário regional do Fórum da Cidade nesta região?

FIGURA 6- *Quais os objetivos da comunidade após a participação nos Seminários Regionais?*

FIGURA 7 - Estará disposto, novamente, a fazer parte do processo organizativo de outros eventos (II Fórum da Cidade, Seminários Regionais)?

FIGURA 8 -Na sua comunidade e região, foi proveitosa a repercussão do evento? Refletiu positiva ou negativamente?

FIGURA 9 - E o estatuto da cidade foi bem aceito por todos?

FIGURA 10 - Hoje, como deve ser aplicado o Estatuto da Cidade?

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 O ASSOCIATIVISMO SÓCIO-COMUNITÁRIO: algumas idéias e questões.....	9
2.1 Associativismo civil e movimentos sociais.....	9
3 ASSOCIATIVISMO CIVIL EM FLORIANÓPOLIS: luta pela sua democratização.....	19
3.1 UFECO: uma prática democrática na construção da cidade que queremos.....	19
4 A FALA DOS AGENTES SÓCIO-COMUNITÁRIOS FLORIANOPOLITANOS.....	42
4.1 Metodologia da Pesquisa.....	42
4.2 Alguns elementos a compreensão dos significados dos seminários regionais para à UFECO.....	45
4.2.1 Descrição das entrevistas.....	52
4.2.2 Análise das entrevistas.....	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	84
ANEXOS.....	87
Anexo A - Boletim Informativo da UFECO.....	88
Anexo B - Registro das reuniões e atividades da UFECO.....	93
Anexo C - Folder dos convites dos seminários regionais, realizados de 20 à 31 de agosto de 2002.....	102
Anexo D - Folder do II Fórum da Cidade, realizado 4 e 5 de julho de 2003.....	104
Anexo E - Estatuto da UFECO.....	106
Anexo F - Proposta de um novo estatuto para UFECO.....	108
Anexo G - Ata da UFECO.....	110

1 INTRODUÇÃO

A temática do associativismo civil no município de Florianópolis têm suas raízes na história da Colonização nacional, estadual e da local, de origem açoriana, que deixa até a atualidade seus traços nas relações sócio-políticas e “comunitárias” expressas nas diversas organizações de moradores, associações e conselhos comunitários, ecologistas, culturais, étnicas entre outras como o são o movimento Campeche Qualidade de Vida, Ilha Ativa, SOS Esgoto Sul, SOS Pedágio Não e Campeche Limpo. No contexto do presente trabalho, muito brevemente buscamos assinalar a presença da União Florianopolitana de entidades comunitárias – UFECO, como uma organização representativa da vida associativa local ao buscar protagonizar ações de consolidação e expansão de espaços públicos democráticos e participativos. Nesta direção, apresentamos no presente estudo, a relação que a UFECO está construindo com o Fórum da Cidade por tratar-se de um espaço potencializador das reivindicações e das ações das organizações sócio-comunitárias; de debates das questões da cidade...Um espaço coletivo onde dirigentes do movimento sócio-comunitário, profissionais e acadêmicos elaboram políticas, assessoram movimentos sociais...na direção da política urbana com a participação e gestão democrática da sociedade civil”. (Manifesto do Fórum da Cidade... 2002”). Referimo-nos, mais particularmente, aos Seminários Regionais para o Fórum da Cidade, cuja realização com a assessoria do Projeto, “Construção da mobilização sócio-comunitária para o Fórum da Cidade – NESSOP/UFSC, em muito contribuíram no processo de revitalização da vida associativa na luta pela cidadania, democracia e justiça social. Sistematizar e trazer alguns elementos á reflexão sobre esta fundamental relação –

UFECO/Fórum da Cidade é possível, face a oportunidade de termos realizado o estágio curricular obrigatório do curso de Serviço Social junto as ações de assessoria acima citada. Assim partilhamos algumas idéias e questões sobre o associativismo civil no primeiro capítulo.

Já nos segundo e terceiro capítulos, apresentamos a UFEÇO no contexto das suas ações e conquistas com o Fórum da Cidade e Nessop em especial, a partir das falas dos vice-regionais da UFEÇO que atuaram nos cinco Seminários Regionais realizados ao longo do mês de agosto de 2001, no município de Florianópolis, SC.

O trabalho aqui realizado, pretende ser, ainda que com limites, uma devolução ao contexto acadêmico, ao movimento sócio-comunitário e ao Fórum da Cidade. Acreditamos que possa ser uma contribuição que se soma á reflexão e ao delineamento das ações coletivas e cidadãs da vida associativa local e, no avanço das suas relações sócios-políticas com os demais setores da sociedade civil organizada e comprometidas com processos de inclusão social.

2 O ASSOCIATIVISMO SÓCIO-COMUNITÁRIO: ALGUMAS IDÉIAS E QUESTÕES

2.1 ASSOCIATIVISMO CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS

O associativismo é um fenômeno humano e social dos mais antigos. A própria formação da sociedade é uma primeira forma de associativismo, em que os indivíduos unem-se a fim de poder sobreviver frente à natureza selvagem. No mundo antigo, são abundantes as informações sobre associações de grupos humanos em função da resolução de problemas comuns. Na idade média, os artesãos formaram corporações que ajudaram na organização dos “burgos”, cidades comerciais, que, mais tarde, desenvolveriam a Revolução Industrial e Científica Moderna. A consolidação da Sociedade Moderna deu-se com a Revolução Francesa e nesta várias formas de associação concorreram para o seu sucesso. Com o capitalismo e a exploração do trabalho operário surgiram associações como os sindicatos e as cooperativas, que buscavam defender a classe obreira da exploração capitalista.

Uma das características principais do associativismo é a sua relação com os movimentos sociais. Estes os movimentos sociais estão relacionados à problemas de extrema importância dos grupos que os promovem, e que, através deles buscam sensibilizar a sociedade civil e o Poder Público sobre suas lutas e necessidades. Neste estudo, interessa um tipo particular de associativismo, ou seja, o associativismo sócio-comunitário-popular, do qual uma das expressões são as Associações de Moradores e Conselhos Comunitários que buscam soluções para problemas sociais prementes de seus associados. Configuram processos político-organizativos de modo a se fazerem representar em instâncias governamentais e não-

governamentais articuladamente em torno de uma agenda de lutas que agrega demandas pertinentes às diferentes Associação de Moradores e Conselhos Comunitários. É o caso da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO.

Segundo Gohn (1998), a organização popular foi um tema constante da oposição durante a década de 1970, portanto, no auge da ditadura militar. Com o retorno à democracia, no final da década de 1980, segundo certos analistas, este tema teria desaparecido e, com ele, os intensos movimentos sociais organizados que levaram ao fim a Ditadura Militar. Esses movimentos questionavam pontos importantes para a democratização e a promoção da justiça social. Segundo estes analistas, hoje, os atores sociais (personagens públicos, entidades, instituições, partidos, movimentos sociais, etc. que organizam e promovem as transformações sociais) estariam mais propensos à diferença do que à identidade, isto é, mais voltados às particularidades grupais e ao individual do que ao geral e ao social.

Gohn contesta esta avaliação. Para ela, “basta que se observe os jornais do cotidiano nacional para se observar que a organização popular acontece, as contestações e as conseqüentes formações de entidades de luta continuam ocorrendo em todo o país. Basta que se abra qualquer um dos jornais nacionais, em qualquer dia da semana, que vemos suas presenças registradas, principalmente no meio rural, na luta do MST, ou na cidade, nas lutas contra a fome – tanto nos saques à seca no Nordeste como nas concentrações em frente à supermercados no Sul, ou nas manifestações contra o desemprego, ou ainda, em poucas lutas de resistência às reformas constitucionais e às privatizações de empresas estatais. Não são atos isolados de protesto e nem fenômenos de outra ordem. São manifestações organizadas por movimentos populares e movimentos sindicais, rurais e urbanos”. (GOHN, 1998, p.10)

A autora afirma que a presença das organizações populares que fazem avançar e coordenam os movimentos sociais são de extrema importância no processo de democratização

da sociedade brasileira, sendo um elemento crucial não somente no dismantelamento de estruturas autoritárias locais, substituindo-as por estruturas democráticas, mas também, no âmbito do processo global e nacional. De fato, as organizações populares transformaram-se da década de 1970 para a de 1990, em termos de organização e mobilização, mas o fenômeno do associativismo como meio de conseguir sanar problemas sociais graves, lutando contra estruturas sociais que os conservam, continuou a proliferar na sociedade brasileira.

Na era da Globalização, cada vez mais as organizações e os movimentos sociais precisam tender à negociação com o Poder Público e à formação de entidades que sejam capazes não somente de contestação, mas também, de propor soluções, parcialmente auto-sustentáveis, para os problemas enfocados. A mesma lógica que tiveram que seguir as antigas organizações populares (as antigas entidades de luta da época da Ditadura Militar), isto é, passar da forma da constestação-confronto para a forma da proposição-parceria, como ocorreu também com as ONG's e o chamado Terceiro Setor, tem que ser, necessariamente, seguida pelas organizações sócio-comunitárias, forma de associativismo que é o objeto geral deste estudo.

De acordo com Gohn (1998, p. 17), “as novas formas de associativismo geradas pela conjuntura da economia global mundial, a partir do estímulo público para a formação de redes associativas e de parcerias, deu às organizações e entidades populares ou de base uma maior institucionalidade, mas, implicou numa menor mobilidade dos setores sociais atingidos por problemas graves. As novas organizações têm perfil político-ideológico plural, elaboram e executam programas sociais em parceria com as políticas públicas sociais e com a sociedade civil, seus temas básicos são: moradia, educação, alimentação, saúde e lazer”.

Dagnino afirma que com a democratização da sociedade brasileira houve uma proliferação de espaços públicos destinados ao debate e à proposição de soluções para

problemas sociais graves, tais como fóruns, câmara setoriais, orçamentos participativos, conselhos, etc.

Esse processo de democratização, que se inicia com as lutas contra a ditadura militar e se estende até nossos dias, sem previsão quanto ao seu término, não é linear, mas deve ser entendido como desigual no seu ritmo, nos seus efeitos sobre as diferentes áreas da vida social e política, combinando avanços, estagnação e até mesmo retrocessos. Este entendimento permite dar conta da complexa dinâmica que apresenta à construção da democracia como um processo multifacetado que resulta da disputa entre distintos projetos políticos que, no interior da sociedade civil e dos diversos níveis do aparato estatal, confrontam distintas concepções sobre a própria natureza e os limites desse processo (DAGNINO, 2002, p. 9)

Segundo a autora, o processo de democratização não resolveu os graves problemas sociais, de diversas ordens, que assolam a maioria da população brasileira. A ideologia e a política neoliberal, responsáveis pelo surgimento da Globalização, acentuaram, ainda mais, as disparidades na distribuição de renda, agravando a situação da população brasileira pobre. Contudo, o processo de democratização tornou a sociedade civil mais sensível aos problemas sociais e, como consequência, mobilizou-a na busca de novos meios de organização e de luta popular.

De acordo com Dagnino (2002, p. 13), “a emergência de novos atores sociais, como as ONG’s e os movimentos sociais, dentro do processo de democratização, levou a uma participação mais intensa da sociedade civil na tentativa de organizar os movimentos de reivindicação popular”.

Por outro lado, a pressão da sociedade civil levou a uma democratização das decisões e proposições estatais. Para a autora, também, as lutas sociais na forma do confronto e da contestação, pelo menos no meio urbano, vão sendo, paulatinamente, substituídas pela negociação e a parceria.

Essas transformações no âmbito do Estado e da sociedade civil se expressam em novas relações entre eles: o antagonismo, o confronto e a oposição declarados que caracterizavam essas relações no período da resistência contra a ditadura, perdem um espaço relativo substancial para uma *postura de negociação que aponta na possibilidade de uma atuação conjunta, expressa paradigmaticamente na 'bandeira da participação da sociedade civil* (DAGNINO, 2002, p. 13)

Seguindo-se os autores até aqui apresentados, verifica-se que o processo de democratização não trouxe soluções imediatas para os graves problemas sociais enfrentados pela grande maioria do povo brasileiro. Contudo, esse processo possibilita uma forma de organização e de movimento que, ao menos a nível urbano, evita os confrontos diretos, possibilitando à sociedade civil a negociação e a participação nas decisões e projetos do Estado.

Estendendo estas reflexões e trazendo-as para o problema das organizações sócio-comunitárias, conclui-se que essas organizações também são passíveis de alterações havidas nos movimentos de reivindicação social. Neste sentido, tendo em vista a prática da negociação e da participação da sociedade civil nas políticas públicas sociais, explica-se a proliferação das associações comunitárias e das federações destas associações, que visam a organização das populações locais, a fim de resolver seus problemas comuns. Contudo, as estruturas sociais conservadoras, que geraram a maior parte dos problemas sociais, continuam a exercer seus efeitos nas novas formas de negociação e parceria.

É fundamental reconhecer que as associações de caráter sócio-comunitário e voluntário constituem instrumentos fundamentais de luta da sociedade civil, dando-lhe bases institucionais que os demais componentes, como grupos e movimentos sociais, não possuem por si mesmos. O institucional não é visto como uma estrutura fechada, mas como processo instituidor que cria novos tipos de relações sociais, inovando as formas de ação coletiva e de expressão das aspirações dos segmentos sociais a elas vinculados.

Geralmente estas associações são designadas como “sem fins lucrativos”. No entanto, carecem de maior precisão na sua definição, uma vez que, além de serem definidas negativamente, isto é, pelo que elas não são, tendo como referências parâmetros econômicos e

estatais, não dão conta de sua especificidade, enquanto uma forma de relação social que envolve os indivíduos em objetivos públicos e coletivos.

Segundo Marshall (1967), o caráter privado das associações vai depender dos seus objetivos e não propriamente de sua composição, já que, embora, seus componentes sejam indivíduos e há direitos individuais a serem defendidos, com o processo histórico os direitos tornam-se sociais e coletivos e, portanto, passam à esfera pública. As mudanças sócio-culturais levam as associações, a despeito de seu caráter privado, a formarem redes de engajamento cívico, produzindo e reforçando objetivos e valores comunitários necessários à organização da sociedade civil com vistas à solução dos problemas sociais.

Estas associações primam por fazer valer o conceito de cidadania social que exige, por parte de seus membros, obrigações e responsabilidades não induzidas pela lei, mas pelo consenso social entre os membros da associação considerada. Desta maneira, o privado não pode apenas ser identificado a partir de seu significado econômico, como apropriação do trabalho alheio. O privado deve ser entendido no sentido de reservatório de tradição e valores utilizados pelos indivíduos em sua vida cotidiana.

Cohen e Arato (1994, p. 62) afirmam que:

A família nuclear especializada em socialização constitui o centro institucional da esfera privada. Tais instituições facilitam a emergência de um público composto de indivíduos privados, capazes de assimilar cultura e de desenvolver ofensivas necessárias à sua participação na vida política, enquanto cidadãos e na integração social, enquanto indivíduos associados.

Os autores enfatizam a necessidade de distinguir no privado as esferas que são coordenadas de forma comunicacional (família, relações de amizade, solidariedade, etc.) das que se guiam por mecanismos sistêmicos (lucros, competição, poder). Por outro lado, destacam o papel das associações voluntárias numa perspectiva emancipatória, no sentido da

reconstrução de uma vida pública democrática através da expansão dos espaços públicos da sociedade civil.

Santos (1993), constata uma razoável estabilidade no perfil de mobilização organizacional da população brasileira. Afirma que a maioria das associações (68%) foi criada no período de 1970-1986. Dentre estas, a maior parte é de caráter desportivo, beneficente ou de categorias profissionais e, relativamente poucas, cuidam do “interesse geral”. Sem negar as conclusões deste autor, lembra-se que os dados são de 1986, quando do início do processo de redemocratização e atualmente não há dados estatísticos suficientes para se afirmar qual a situação das associações que têm por objetivos os graves problemas sociais nacionais, mas sabe-se que elas proliferam em todo o território nacional.

Outros autores e obras como Avritzer (1994), Boschi (1987), Santos (1993), Landin (1993), partindo de diversas fontes de dados, afirmam não só que houve crescimento dos movimentos associativos, principalmente a partir dos anos 1970, como também, ampliou-se sua diversificação temática (meio ambiente, gêneros, problemas urbanos, ética), bem como, suas práticas de auto-ajuda e de ações coletivas.

Landin (1993), com base em dados da Receita Federal, demonstra que ocorreu entre 1978 a 1991, um crescimento de 150% na formação de associações de diversas categorias. De 1970 a 1986, as associações recreativas e desportivas cresceram 46%, as profissionais 28% e as de moradores cresceram 191%. Portanto, as associações sócio-comunitárias populares tiveram um crescimento extraordinário no período considerado. Tendo em vista a mobilização associativa e participativa comunitária atual, pode-se afirmar que esse crescimento não cessou, provavelmente continua em expansão.

Boschi (1987), no mesmo sentido, com dados referentes ao Rio de Janeiro, demonstra a expansão das associações de moradores em bairros de classe média e favelas, no

período de 1946-1981, sendo que o maior índice de crescimento aconteceu entre 1979-1981. Um dos fatores responsáveis pelo alto índice do período 1979-1981, foi o recuo das diretrizes autoritárias do Regime Militar que, então, enfraquecia-se a olhos vistos. O autor enfatiza a atuação da classe média nesse processo, em que as comunidades, minorias sexuais, étnicas, etc. e profissionais, tornam-se entes políticos, formando coletividades organizadas, segundo novas formas: associações de bairro, grupos ecológicos, organizações feministas, associações profissionais.

Segundo Scherer-Warren (1987, p. 136), os movimentos sociais, buscando a libertação da opressão social, econômica, política e histórica, têm no pensamento de Karl Marx sua maior referência, quer para aplicá-lo, quer para modificá-lo ou rejeitá-lo. O principal, no pensamento de Marx para a autora, seria a noção de que a sociedade humana é uma totalidade, onde as diversas *práxis* estão dialeticamente interligadas, isto é, não há instância autônoma na sociedade, todas as estruturas sociais, da sociedade civil ao Estado, são dependentes umas das outras e a alteração em uma estrutura implica alterações em outras.

De acordo com Scherer-Warren (1987, p. 137), as teorias contemporâneas dos movimentos sociais procuram estabelecer outros pólos de conflito, outros grupos em litígio, para além da dicotomia marxista tradicional burguesia-proletariado. Os movimentos sociais podem ser responsáveis por transformações estruturais maiores, mas eles atuam também a nível local e cotidiano, onde os conflitos de classe podem assumir outras nuances. Segundo a autora, Gutiérrez defende uma nova forma de luta social que parte da vivência e da cultura popular, construindo sua *práxis* a partir de três enfoques principais: a vivência da opressão, o conhecimento crítico oriundo das Ciências Sociais e a mediação do discurso evangelizador da igreja.

Essas reflexões expressam as próprias transformações nos movimentos sociais a partir da década de 1980.

A predominância de projetos, sob a forma de utopia no sentido de uma sociedade livre e igualitária (passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade), num futuro remoto, dá lugar cada vez mais a projetos que incluem um processo de igualdades e de liberdade crescentes a partir do aqui e agora e de forma permanente. O socialismo deixa de ser desejado como projeto, para ser desejado como práxis. (SCHERER-WARREN, 1987, p. 139-40)

A prática social que centrava-se sobre a luta de classes, reduzida a luta da burguesia e proletariado, passa a ser aquela de diversos grupos sociais oprimidos, as chamadas minorias que constituem a maioria da população (minorias étnicas e raciais, sociais, sexuais, etárias, etc.). Esta nova forma da práxis tem como pontos principais a busca da autonomia, democracia e autogestão, segundo a autora citada acima.

De acordo com Scherer-Warren (1993, p. 20), “a partir da década de 1990, há duas visões sobre a organização da sociedade civil que devem ser estudadas. Uma primeira visão, considera que já não há grandes perspectivas em torno dos movimentos sociais, voltando sua atenção para os processos de desorganização da sociedade, que ocorrem devido ao crescimento urbano desordenado e aos processos de exclusão que acompanham esse crescimento. A massa torna-se um amontoado inorgânico de individualidades, as relações de mediação são suprimidas, os organismos da sociedade civil tendem a desaparecer, dando lugar a grupos de violência organizada, denominados de anti-movimento”.

A segunda visão, conforme Scherer-Warren (1993, p. 21), “assume as afirmações da primeira, contudo, busca nestes fenômenos de desorganização da sociedade civil e do desaparecimento das organizações populares, um espaço de luta, onde seja possível tentar a organização e a mobilização sociais. A inovação principal, segundo a autora, nos movimentos sociais pós-1990, são a ação articulatória das redes de movimentos (*networks*) e a busca de metodologias que permitam entendê-las”.

A breve reflexão acumulada neste item nos leva, a título de síntese, assinalar o que Sherer-Warren (2001, p. 41) nos ensina:

Uma das formas de participação dos sujeitos na esfera pública é pelas formas de associativismo civil e de movimentos sociais, que possibilitam a formação de identidades coletivas e ideários comuns, pré-requisitos para a demanda coletiva de direitos e para a criação de novos valores e normas para a vida societária.

Para a autora

... associações civis são formas organizadas de ações coletivas, empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias. (SHERER-WARREN, 2001, p. 42)

Já movimentos sociais, Segundo a mesma autora

... é um conjunto de referências simbólicas, num campo de valores sociais e de práticas sociais, que vai sendo construído na memória e na ação coletiva, penetrando em vários níveis, nas relações familiares, comunitárias, societárias, no local, no nacional e no planetário. (SHERER-WARREN, 2001, p. 45)

No próximo capítulo, buscaremos, à luz dos elementos teóricos ora apresentados, avançar na apresentação do presente estudo.

3 ASSOCIATIVISMO CIVIL EM FLORIANÓPOLIS: LUTAS PELA SUA DEMOCRATIZAÇÃO

3.1 UFECO: UMA PRÁTICA DEMOCRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE QUE QUEREMOS

Segundo o editorial do Informativo da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, de julho de 2002 (Anexo 1), a UFECO, fundada em 1987, em 15 anos não havia demonstrado compromisso com a população das comunidades-membro.

O que era para ser uma entidade que reunisse as lutas, acabou virando espaço para uns poucos fazerem carreira política. Por fim, atrelada ao poder público, terminou jogando por terra as possibilidades de uma luta autônoma. Só que, mesmo quando a UFECO não cumpria com sua missão, havia gente que se preocupava e trabalhava para que chegasse o dia em que a UFECO fosse verdadeiro espaço de organização e de união das lutas do bairro (SOUZA, 2002).

Pode-se deduzir por estas palavras que a UFECO não era um todo homogêneo, onde os membros tivessem os mesmos objetivos, os quais deveriam ser as lutas pela qualidade de vida das comunidades associadas. Mas, dentro da UFECO, haviam conflitos entre tendências, sendo que uma delas pretendia apenas fazer da UFECO um meio de obter recursos financeiros e Poder Político, e outra buscava a participação das associações e das comunidades de base, com autonomia em relação à primeira tendência, que corresponde aos arquétipos das sociedades clientelísticas, cujo modelo ainda domina a maioria das instituições de cunho social e a maioria das organizações populares e sócio-comunitárias brasileiras. A primeira tendência dominou na UFECO até o final de 2001, quando a segunda tendência, preocupada com a autonomia da sociedade civil em relação ao Poder Público e com o aumento e a transparência das relações entre UFECO e associações comunitárias de base,

ganhou as eleições e começou a discutir e a produzir um conhecimento mais real da situação das associações comunitárias Florianopolitanas no contexto das lutas sociais no Brasil. (SOUZA, 2002)

É esta tendência, que busca ativar um processo socializador e transformador nas discussões sobre os problemas comunitários e sobre as decisões a serem tomadas nas comunidades de base, que se manifesta através do informativo da UFECO anteriormente citado.

Esta tendência venceu as eleições realizadas em dezembro de 2001, com uma chapa denominada “UFECO Viva” e definiu as seguintes prioridades como orientação às associações comunitárias: Direito, Transporte, Educação, Saúde, Meio-Ambiente, Infância e Adolescência e outros.

A gestão “UFECO Viva” se propôs a realizar ao longo do biênio 2002/2003 um trabalho de formação de lideranças, de reformulação dos estatutos das associações comunitárias, de obtenção de sede para a entidade, de fortalecimento das entidades regionais e de desenvolvimento de uma política que permita uma relação mais próxima com as entidades filiadas e, também, buscando uma maior integração com a FAMESC (Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina). Um dos pontos considerados de máxima prioridade, foi a participação e o compromisso com a organização dos Seminários Regionais. (Anexo B)

Luchmann (1991), em uma análise que privilegia as relações e as modificações da subjetividade no cotidiano comunitário e das organizações comunitárias, tendo como foco o desenvolvimento e a formação da UFECO, também menciona esses conflitos existentes entre forças democratizantes que buscam uma maior autonomia das comunidades e uma outra posição que tende a reproduzir os modelos autoritários vigentes na sociedade brasileira. “(...)

enquanto ‘canal alternativo’ de legitimação da esfera pública, a UFECO representa um exemplo de ambigüidade de um processo de democratização não apenas na esfera da política institucional, mas da cotidianidade de maneira geral”.

Segundo a autora referida, em 1985 inicia-se um processo de articulação para uma futura formação de uma União Municipal de Entidades Comunitárias. Esse processo culmina em 1987 com a formação da UFECO. Os membros da UFECO vêm de diversas correntes político-ideológicas, pertencendo a partidos como o PT, PMDB, PCB, PCdoB, etc., recebendo durante sua constituição a adesão de organizações do PDS e PFL ou os antigos Conselhos Comunitários. Sabe-se que estes últimos estão diretamente ligados ao modelo governamental que criou e assessorou organizações sócio-comunitárias - Conselhos Comunitários, dificultando a constituição ou a gestão autônoma, face às interferências político-partidárias, em detrimento das reais demandas expressas pela maioria da população.

Com isso, podemos perceber, através da trajetória da UFECO, o desencadeamento de uma série de conflitos, divergências e rupturas desde a sua fundação, ocasionando a formação de uma outra articulação formada por entidades da periferia, vinculada à Igreja (Comunidades Eclesiais de Base) e setores do PT. Contudo, segundo Luchmann (1991), essas divergências caracterizam o próprio processo democrático formado por avanços e retrocessos.

Com o objetivo de intervir diretamente nas políticas públicas tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da cidade como um todo, a UFECO vem historicamente apresentando uma trajetória caracterizada por avanços e retrocessos, constituindo-se num exemplo da complexidade de um processo de expansão e consolidação da democracia. (LUCHMANN, 1991, p.1)

Conforme a autora, o processo de constituição da UFECO insere-se num processo maior, nacional, onde a sociedade civil busca a organização e o fortalecimento da autonomia perante o Poder Público, objetivando participar na determinação das políticas públicas e na

legislação concernentes à estas. Na história da UFECO, deve-se abordar os retrocessos, os avanços e as ambigüidades de dois pontos de vista: o da política institucional e a do processo subjetivo cotidiano, e segundo cada um desses modelos, as relações e suas transformações na UFECO, os quais seguem uma tendência mais geral de democratização com todos os retrocessos próprios a um processo desta natureza.

No contexto do presente trabalho, pretende-se enfocar a UFECO como entidade participante do Fórum da Cidade. No que diz respeito à sua gestão de 2002/2003, busca oportunizar avanços no debate sobre a questão urbana à luz do Estatuto da Cidade, participando do Fórum da Cidade.

O Fórum da Cidade, após outras tentativas, consolida-se apartir do NESSOP/DSS/UFSC intitulado experiência em cena, na sua terceira edição, tendo como temática "A cidade que queremos: um olhar dos sujeitos das organizações sócio-comunitárias", por iniciativa das comunidades participantes do evento, o NESSOP, inaugurou em agosto de 2001, uma ação de prestação de assessoria à Comissão organizadora do "II Fórum da Cidade: um olhar do movimento sócio-comunitário", no qual também atuou como membro. O evento aconteceu nos dias 5 e 6 de outubro de 2001, tendo como eixo principal o Decreto Lei 10.257, de julho de 2001, que institui o Estatuto da Cidade.

“O objetivo era realizar um encontro de abrangência municipal, para discutir a sustentabilidade social, econômica e ambiental da cidade, com destaque para compreensão e formulação de uma política urbana metropolitana, com participação e gestão descentralizada e democrática; e ainda, conhecer o Estatuto da Cidade, discutindo seu mérito enquanto instrumento do movimento social popular comunitário; potencializar a participação popular nos municípios da grande Florianópolis, á luz do Estatuto da Cidade; fortalecer o direito de participação popular de forma decisiva, no planejamento da cidade que queremos; construir,

discutir e aprovar uma agenda de lutas, de modo a unificar os movimentos da grande Florianópolis; construir uma rede organizacional e metropolitana dos movimentos comunitários"(Documento Final do I Fórum da Cidade).

Então, surgiu a proposta de uma ação ampliada de mobilização sócio-comunitária, objetivando construir a participação qualificada no II Fórum da Cidade, gerando, então a idéia dos Fóruns Regionais (depois denominados Seminários Regionais, para facilitar a sua diferenciação em relação ao Fórum da Cidade) quais sejam Continente I e II, Centro e Itacorubi, Sul, Lagoa e Norte da Ilha. Salientamos, que o Seminário Regional Continente II não foi realizado em virtude de falta de condições de participação dos representantes locais, envolvidos intensamente com a criação do Conselho das Associações de moradores da região do Monte Cristo (CARMOCRIS)

Surgiu então o próprio movimento a solicitação da continuidade da assessoria do NESSOP ao processo de mobilização sócio-comunitária e popular.

A atribuição do Serviço Social, nesse contexto, era "assessorar, teórica e metodologicamente, o processo de sensibilização e mobilização das (...) para participarem do II Fórum da Cidade".

A UFECO se fez presente ao participar da mobilização, organização e realização dos Seminários Regionais do Fórum da Cidade, nos quais entrou como parceira para a sua realização.

O que são os Seminários Regionais? A idéia dos Seminários Regionais surgiu no I Fórum da Cidade, realizado nos dias 5 e 6 de outubro de 2001. O objetivo central desse evento era a discussão do Decreto Lei 10.257, de julho de 2001, que institui o Estatuto da Cidade.

Participaram desse primeiro encontro, representantes de 81 entidades, somando um total de 220 pessoas, nas dependências da Escola Técnica Federal de Santa Catarina.

O documento final desse evento, apontou a realização de Seminários Regionais como estratégia fundamental para a democratização das relações sócio-comunitárias que caracterizam a vida associativa no município de Florianópolis, para fortalecer e qualificar a construção de espaços públicos de debate sobre a cidade que queremos, à luz das demandas locais e regionais e do Estatuto da Cidade, para oportunizar a livre presença e expressão da diversidade e da pluralidade dos processos político-organizativos que configuram o movimento socio-comunitários do município de Florianópolis e fortalecer uma atuação em rede.

Nesta direção, a UFECO é membro do Fórum da Cidade e tem assumido atribuições na sustentabilidade das ações do Fórum, mais diretamente, na Comissão de Articulação e na Mobilização Social das organizações sócio-comunitárias.

É no processo de mobilização social para a sustentação sócio-política do Fórum da Cidade que, com a Comissão Executiva do Fórum da Cidade, a UFECO desenvolveu um relevante papel, juntamente com a assessoria do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP/UFSC.¹

Os Seminários Regionais foram realizados nas seguintes regiões, datas e locais:

FIGURA 1 – QUADRO DOS SEMINÁRIOS REGIONAIS.

SEMINÁRIOS REGIONAIS
O FUTURO DOS NOSSOS BAIRROS EM DEBATE
PROGRAMAÇÃO DOS ENCONTROS NAS REGIÕES:
O ESTATUTO DA CIDADE
OS PROBLEMAS LOCAIS

AS PRIORIDADES REGIONAIS			
REGIÃO	DATA	LOCAL	HORÁRIO
LAGOA	20/08/02	Sociedade Amigos da Lagoa	19:00
COQUEIROS	21/08/02	Auditório da Universidade do Desenvolvimento do Estado de SC	18:30
NORTE	23/08/02	Auditório Centro de Tecnologia em Automação e Informática	18:30
.OSUL	24/08/02	Conselho Comunitário da Fazenda do Rio Tavares	14:00
CENTRO / ITACORUBI	31/08/02	Auditório do Fórum Judiciário da UFSC	14:00

*Os relatórios detalhados dos Seminários Regionais encontram-se à disposição do NESSOP/UFSC – Fone 331-9453 e nos TCCs da Michele, Marilene, Salete e Izabel.

O principal objetivo do Fórum da Cidade, consistia na divulgação da Lei do Estatuto da Cidade e em oportunizar discussões sobre os problemas e prioridades regionais através dos Seminários Regionais.

No decorrer da organização e da realização dos Seminários Regionais, cada representante da UFECO das regiões, efetivamente, participou da produção de materiais para a divulgação, acesso à infra-estrutura, divulgação e mobilização. A UFECO assumiu, com o Fórum da Cidade, um dos importantes encaminhamentos do I Fórum da Cidade, que era de realizar uma ação ampliada voltada à mobilização sócio-comunitária, com o objetivo de discutir os principais problemas de cada região da cidade e de construir uma participação mais

¹ Os relatórios detalhados dos Seminários Regionais encontram-se à disposição do NESSOP/UFSC – fone (48)

qualificada, propositiva e articulada para o II Fórum da Cidade, buscando construir uma visão da cidade como um todo.

Cada Seminário consistiu na realização da seguinte agenda:

- Apresentação do Fórum da Cidade;
- Apresentação da UFECO;
- Apresentação do Estatuto da Cidade;
- Discussão dos problemas e levantamento de proposições da região.

Os objetivos conjuntamente delineados – Fórum da Cidade, UFECO e NESSOP – foram:

- Incentivar a participação dos moradores no planejamento urbano;
- Divulgar e discutir o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257), que regulamenta e estabelece diretrizes básicas da política urbana (uso e posse das terras urbanas, moradia, saneamento, transporte, serviços públicos, o direito de participação na política urbana e na preservação ambiental);
- Identificar as prioridades regionais;
- Estimular a participação das entidades no Fórum da Cidade.

Consideramos oportuno apresentar os resultados de cada Seminário Regional (FÓRUM DA CIDADE, 2002):

SEMINÁRIOS REGIONAIS – FLORIANÓPOLIS/2002

(Fórum da Cidade, UFECO, UFSC – NESSOP, Arquitetura, Ciências Sociais)

1) SEMINÁRIO REGIONAL DA BACIA DA LAGOA

Local – SAL

Data: 20/08/02

Presentes: 49 representantes de entidades

242 pessoas

Principais problemas

- Saneamento Básico (falta de tratamento de esgoto, consumo de água não tratada, má utilização do recurso de coleta seletiva de lixo);
- Poluição (nascentes, lagoa, sonora, visual);
- Assoreamento da Lagoa;
- Ocupação desordenada de áreas e terrenos
- Privatização de áreas públicas;
- Problemas de transporte público e trânsito (engarrafamentos, falta de estacionamentos, policiamento, calçadas);
- Perda cultura local, falta de áreas públicas de lazer;
- Aumento da violência;
- Escolas: evasão e consumo de drogas;

Algumas propostas

- Preservar as áreas verdes e sítios arqueológicos existentes;
- Garantir a não contaminação dos mananciais e recuperar os poluídos;
- Disciplinar o uso das águas, melhorar as condições de drenagem atuais;
- Parar ou reduzir o atual ritmo de crescimento (construções) até que a região tenha adequado sistema de saneamento básico, novo zoneamento, estabelecendo melhor as áreas comercial, residencial e de preservação, aumento de fiscalização das construções;
- Incentivar transporte de barco, melhorar as vias atuais, criar estacionamentos, ciclovias...;
- Criação de parques (Rio Vermelho), praças e áreas de lazer; apoio à cultura manezinha e à pesca local;
- Ampliação da rede de ensino...

2) SEMINÁRIO REGIONAL DO NORTE DA ILHA

Local – CTAI

Data: 23/08/02

Presentes: 21 representantes de entidades

78 pessoas

Principais problemas

- Saneamento Básico (falta de tratamento de esgoto);
- Necessidade de drenagem dos rios;
- Degradação ambiental;
- Ocupação desordenada dos morros e encostas;
- Construção de shoppings e mega-empreendimentos sem estudos de impactos;
- Exploração imobiliária;
- Dificuldades de trânsito (engarrafamentos, construção de via-expressa com impacto ambiental, dificuldades de passagem para pedestres);
- Falta de áreas de lazer;
- Perda de identidade cultural da Ilha;
- Segurança.

Algumas propostas

- Regulamentação, no âmbito do município, do Estatuto da Cidade;
- Criação de um dossiê sobre as situações que acontecem na cidade que contrariam o EC e que se acompanhe de um jornal, tendo em vista publicizar essas situações;
- Abertura de ações no Judiciário e Ministério Público responsabilizando a administração municipal;
- Criação e articulação de uma assessoria jurídica às associações comunitárias;
- Implementação de audiências públicas;

- Cobrança, junto ao Legislativo, da regulamentação do EC e outras denúncias de problemas de nossa cidade.

3) SEMINÁRIO REGIONAL DO SUL DA ILHA

Local – Conselho Comunitário Fazenda do Rio Tavares

Data: 24/08/02

Presentes: 25 representantes de entidades

113 pessoas

Principais problemas

- Saneamento Básico (falta de tratamento de esgoto e de água tratada);
- Poluição dos rios (Quincas e Sangradouro);
- Devastação de reservas biológicas (Lagoa do Peri, Lagoa do Leste);
- Privatização de áreas verdes;
- Empreendimentos habitacionais com grande impacto sócio-ambiental;
- Verticalização;
- Ocupação irregular;
- Segurança (falta de infraestrutura da polícia...);
- Falta de áreas de convivência da juventude;
- Falta de áreas de lazer e cultura (praças, áreas verdes, espaços culturais);
- Educação (vagas escolas, cursos profissionalizantes, educação ambiental, alfabetização de adultos);
- Aumento uso de drogas;
- Saúde (inexistência de hospitais, postos de saúde precários, ativação do Conselho de Saúde).

Algumas propostas

- Aprovação do Plano Diretor Comunitário;
- Tornar os Seminários Regionais de caráter permanente;
- Regulamentação do Estatuto da Cidade no município;
- Articulação e fortalecimento do movimento sócio-comunitário.

4) SEMINÁRIO REGIONAL CONTINENTE SUL

Coqueiros, Abraão; Com.Vila Aparecida; Bom Abrigo-AMBA;

Local – UDESC - CEFID

Data: 21/08/02

Presentes: 20 representantes de entidades

48 pessoas

Principais problemas

- Saneamento Básico (falta de tratamento de esgoto, vazamentos para rede pluvial, consumo de água não tratada, falta de lixeiras nos bairros);
- Poluição das praias;
- Terrenos irregulares e sem infra-estrutura (água e luz), erosão;
- Construção de prédios (superpopulação e verticalização);
- Devastação de áreas verdes;
- Problemas de trânsito ;

- Falta de creches, escolas e ensino profissionalizante;
- Falta de áreas públicas de lazer/esporte (pistas de caminhada, praças, bosques...);
- Aumento da criminalidade;
- Falta e precariedade dos Postos de Saúde.

Algumas propostas

- Construção do Bosque Bom Abrigo;
- Conselhos de Idosos;
- Regulamentação e implementação do Estatuto da Cidade;
- Que o Estado assuma o seu papel;
 - Salvar o cinturão verde que ainda resta no morro de Coqueiros.
 -

5) SEMINÁRIO REGIONAL CENTRO/BACIA DO ITACORUBI

Local – UFSC

Data: 21/08/02

Presentes: 22 representantes de entidades

95 pessoas

Principais problemas

- Saneamento Básico (esgoto a céu aberto, consumo de água não tratada, falta de coleta de lixo no alto dos morros);
- Devastação da mata atlântica e da fauna, áreas de risco geológico;
- Poluição de rios e do mar;

- Ocupação ilegal com graves riscos de desabamentos, condições de moradia precárias (falta de água e luz);
- Falta de calçamento em várias ruas, falta de drenagem pluvial;
- Ausência de áreas arborizadas, ausência de espaços de cultura e lazer;
- Falta de espaço para sede comunitária;
- Poucos pontos e horários de ônibus;
- Faltam creches e estado precário das existentes (sem profissionais e até sem água em alguns casos);
- Falta de escolas e necessidade de ampliação de vagas;
- Falta e precariedade dos Postos de Saúde;
- *Segurança pública / aumento da criminalidade.*

Algumas propostas

- Rádio e TV Comunitárias;
- Ampliação de campo de estágio da Universidade (trabalhar com crianças, etc...);
- Intensificar participação junto às Associações de Moradores/Fórum da Cidade;
- Reflorestamento em torno das comunidades;
- Regulamentação dos terrenos;
- Construção de áreas de cultura e lazer;
- Gravidez na adolescência, dependência química;
- Aumento de crianças pedintes;
- Tráfico de drogas.

RESUMO GERAL DOS PROBLEMAS

1) Moradia/Regularização Fundiária

Ocupação desordenada de áreas para fins comerciais, ocupação desordenada de morros e encostas, moradias irregulares, casas sem infra-estrutura (água, luz, coleta de lixo), erosão e desabamentos em áreas residenciais, construção de shoppings e mega-empresendimentos sem estudos de impactos (Vizinhança, Ambiental...), verticalização do espaço urbano, superpopulação de áreas sem infra-estrutura, exploração imobiliária.

2) Transporte

Problemas de trânsito – engarrafamentos, construção de estradas (via-expressa) com impacto ambiental, dificuldades de locomoção dos pedestres (falta de calçadas, passarelas, etc...), falta de estacionamentos, vias de acesso precárias, falta de calçamentos em muitas ruas, poucos pontos e horários de ônibus.

3) Saneamento Básico/ Meio Ambiente

Falta de tratamento de esgoto, consumo de água não tratada, falta de coleta de lixo em várias localidades (morros), falta de lixeiras nos bairros, má utilização da coleta seletiva de lixo, degradação/poluição - Beira-Mar, praias, rios e Lagoas, desmatamento generalizado,

devastação de reservas biológicas, privatização de áreas verdes, poluição sonora e visual, aglomerados urbanos com grande comprometimento ambiental.

4) Segurança

Aumento da violência/criminalidade, tráfico de drogas, falta de postos policiais, precariedade de estrutura policial, policiamento insuficiente.

5) Cultura e Lazer

Falta de áreas de lazer/esportes, carência de espaços e atividades culturais, falta de áreas verdes, praças, bosques, pistas de caminhada/ciclismo, perda da identidade cultural da Ilha, falta de áreas de convivência para a juventude (aumento consumo de drogas, dependência química, gravidez, crianças e adolescentes nas ruas...).

6) Educação

Grande carência de creches e escolas (ensino básico e profissionalizante), precárias condições das instalações educacionais existentes (necessidade de mais profissionais, aumento vagas e melhoria na infra-estrutura), alfabetização de adultos, educação ambiental.

7) Saúde

Carência de hospitais e postos de saúde, precariedade dos postos de saúde existentes, necessidade de ativar Conselhos de Saúde.

8) Gestão Democrática/Relação com o Poder Público

- “Só se consegue alguma coisa com brigas, ameaças e passeatas”
- “O Estado não assume e não cumpre o seu papel”
- “Há um abandono do Poder Público”
- “Os projetos e ações dos órgãos públicos são feitos e implementados sem a discussão com a comunidade”
- “As comunidades são várias Ilhas dentro de uma Ilha. Temos que ver e atacar os problemas na totalidade”
- “Faltam espaços/sedes para as organizações comunitárias”
-

RESUMO GERAL DAS PROPOSTA

- Preservar as áreas verdes e sítios arqueológicos existentes;
- Garantir a não contaminação dos mananciais e recuperar os poluídos;
- Disciplinar o uso das águas, melhorar as condições de drenagem atuais;

- Parar ou reduzir o atual ritmo de crescimento (construções) até que a região tenha adequado sistema de saneamento básico, novo zoneamento, estabelecendo melhor as áreas comercial, residencial e de preservação, aumento de fiscalização das construções;
- Incentivar transporte de barco, melhorar as vias atuais, criar estacionamentos, ciclovias...;
- Criação de parques, praças e áreas de lazer, apoio à cultura manezinha e à pesca local;
- Ampliação e melhoria da rede de ensino em todos os níveis;
- Regulamentação, no âmbito do município, do Estatuto da Cidade;
- Criação de um dossiê sobre as situações que acontecem na cidade e que contrariam o EC e que se acompanhe de um jornal, tendo em vista publicizar estas situações;
- Abertura de ações no Judiciário e Ministério Público responsabilizando a administração municipal;
- Criação e articulação de uma assessoria jurídica às associações comunitárias;
- Implementação de audiências públicas;
- Cobrança, junto ao Legislativo, da regulamentação do EC e outras denúncias de problemas de nossa cidade;
- Aprovação do Plano Diretor Comunitário;
- Tornar os Seminários Regionais de caráter permanente;
- Regulamentação do Estatuto da Cidade no município;
- Rádio e TV comunitárias;
- Ampliação de campo de estágio da Universidade (trabalhar com crianças, etc...);
- Intensificar participação junto às Associações de Moradores/Fórum da Cidade;
- Reflorestamento em torno das comunidades;
- Regulamentação dos terrenos.

Os resultados dos Seminários Regionais, anteriormente apresentados, expressam a qualidade da prática sócio-política das organizações e seus participantes que configuram a vida associativa do município de Florianópolis.

Não é possível especificar, nos limites do presente estudo, as Associações de Moradores e Conselhos Comunitários filiados à UFECO que participaram dos Seminários Regionais. Entretanto, esse limite torna-se quase que irrelevante ao constatarmos que, face à eficaz atuação de cada Vice-Regional da UFECO nas Comissões Organizadoras dos eventos, estes mobilizaram um total de 576 pessoas e 137 organizações sócio-comunitárias do município.

Vale destacar que a UFECO foi criada em um contexto de desenvolvimento social da cidade de Florianópolis que exigia a presença de uma organização sócio-comunitária atuante e que, na atualidade, segue a exigir.

A partir dos anos 1960, começam os fenômenos de aglomeração urbana em Florianópolis, juntamente com os problemas de populações periféricas marginalizadas e faveladas, à mercê do desemprego e da criminalidade. Ocorre a abertura de um sistema rodoviário que percorre a Ilha e que se acelera com o advento da indústria do turismo nas décadas seguintes e que, também, favorece a expansão do aglomerado urbano sem que os problemas de desemprego e de impactos ambientais sejam sanados.

Ehler (2002), contextualiza de modo preciso a situação do desenvolvimento do aglomerado urbano de Florianópolis descrevendo este processo como um “crescimento desordenado, de uma cidade dentro de uma Ilha, que possui limites suportáveis de desenvolvimento”.

Um processo acelerado e caótico de desenvolvimento da construção civil conta com a especulação imobiliária e com o despreparo do legislativo municipal para sua expansão

desenfreada que não respeita as condições mínimas de um planejamento urbano adequado e nem de preservação ambiental.

O que agrava sobremaneira o processo da aglomeração urbana Florianopolitana são os fluxos migratórios que vêm, principalmente, do interior do Estado, mas, também, de outros Estados e que vêm fugindo da pobreza em seus locais de origem para tentarem, em Florianópolis, uma possibilidade de vida humana efetiva. Contudo, acabam desempregados, formando novas favelas, às vezes, nas margens das rodovias.

Segundo dados do CECCA, citados por Ehler (2002), há um Plano Diretor do município de Florianópolis desde 1976, no entanto, este não dá conta dos ordenamentos necessários e nem do planejamento urbano adequado a um tal crescimento impulsionado por especulações particulares. O Plano Diretor tornou-se uma “colcha de retalhos”, desordenada em função de leis e concessões dadas pelas sucessivas Câmaras Municipais, influência de determinados vereadores, que favoreciam, a cada lei ou concessão, negócios privados.

Em 1995/1996 foi elaborado um novo Plano Diretor, que, contudo, segundo os dados do CECCA, não ultrapassou significativamente o primeiro, sendo que o conceito de planejamento urbano foi substituído pelo de crescimento urbano. E não existiam até 1999, espaços de discussão, onde a sociedade civil pudesse opinar junto ao Poder Público sobre as políticas públicas de gestão do planejamento urbano.

Dentro deste horizonte contextual complexo, geográfico, humano, econômico-político e histórico-social, também estão os movimentos e organizações sócio-popular-comunitárias, cujas correlações de forças apresentam três linhas básicas distintas: os agentes sócio-popular-comunitários independentes, setores periféricos ligados aos partidos de esquerda e os setores conservadores ligados aos partidos de direita.

Já na administração de Edson Andrino (PMDB), em 1985, abriu-se um espaço para a participação da sociedade civil na discussão das políticas municipais públicas de gestão do espaço urbano. Desde 1980, explodem em Florianópolis os problemas próprios dos conglomerados urbanos criados desordenadamente. Inúmeras favelas e regiões empobrecidas surgem na periferia e nas margens das vias expressas, causando inúmeros conflitos entre “invasores” e o Poder Público. Portanto, apresentava-se com demanda urgente para dar conta destes conflitos cada vez mais intensos.

È nesta gestão municipal que se criou a UFECO, com a participação de representantes das Associações de Moradores da Lagoa, Ingleses, Monte Verde, Saco Grande e Agronômica.

Além do problema social e humano, da criação das regiões de exclusão e marginalização social, começaram a se fazer sentir os problemas ambientais causados pelos empreendimentos ambiciosos, tendo em vista a expansão da indústria turística.

Segundo Ehler (2002), a UFECO fora o resultado dos anseios independentes do movimento sócio-popular-comunitário, mas começou a tornar-se dependente das diretrizes do PMDB, um partido de “centro” no governo municipal. Em 1989, com as eleições internas, há uma reviravolta e a UFECO volta a retomar seus objetivos iniciais de independência, face às determinações do Poder Público.

Ainda, de acordo com Ehler (2002), há dois movimentos que concorrem para o atual desenvolvimento das organizações sócio-popular-comunitárias e para a sua articulação conjunta na formação da UFECO e na participação na FAMESC: o primeiro movimento, relaciona-se às entidades sócio-comunitárias carentes, que percebem na sua união comum, a única maneira de continuar lutando pelos interesses de suas comunidades de base; o segundo

movimento, vincula-se mais a esfera pública municipal, com o surgimento de um movimento que visa uma gestão mais participativa das comunidades no orçamento municipal.

Este movimento participativo popular consolida-se a partir de 1993, com a gestão municipal da Frente Popular, uma coligação de partidos de esquerda, incluindo o PT. Em 1997, com o governo municipal de Ângela Amim, o projeto de gestão participativa é interrompido.

Contudo, as assembléias e reuniões populares dos anos de governo da Frente Popular deixaram sua continuação e as entidades sócio-popular-comunitárias de base elegeram delegados e representantes para a formação do que se denominou **Fórum Consultivo**, que devia multiplicar as discussões sobre orçamento e participação popular democrática e manter contato com o GAPLAN (Gabinete de Planejamento).

Ainda neste ano de 1997, o Orçamento Popular Participativo foi suspenso, enquanto perdurar o governo municipal de Ângela Amim, reeleita Prefeita de Florianópolis. Contudo, articulações como as que houveram na UFECO, em torno dos Fóruns da Cidade, dos Seminários Regionais e da participação interdisciplinar universitária como a do NESSOP, assinalam que o movimento sócio-popular-comunitário democratizador tem avançado em termos de organização, integração e reflexão, bem como, na pressão sobre o Poder Público em função de leis ambientais e urbanas que atendam as comunidades de base e não a ganância e os despropósitos especulativos financeiros de alguns.

4 A FALA DOS AGENTES SÓCIO-COMUNITÁRIOS FLORIANOPOLITANOS

4.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Antes de adentrar no assunto específico deste capítulo, ou seja, as entrevistas com os atores das Comissões de Organização dos Seminários Regionais, exploraremos um pouco mais o sentido e os objetivos de uma pesquisa, bem como, o método de pesquisa social empregado.

A pesquisa social é de importância extrema em países onde ocorre um processo de democratização generalizada da sociedade. Observa-se que o ideal democrático permeia não somente o contexto macrossocial do Estado, da “política oficial” e da sociedade civil como um todo, mas, também, adentra nas relações microssociais ou micropolíticas como é o caso da família com a valorização do papel da mulher e a preocupação com o direito das crianças e dos adolescentes, da escola com uma educação que se propõe cada vez mais ao diálogo com os alunos e com a contextualização dos conteúdos de ensino, a democratização do trabalho com a participação cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, e, enfim, nas associações, entidades e instituições públicas e privadas se observa esta preocupação, ao menos por parte de alguns, de implementar relações democráticas e bi ou multilaterais. (RICHARDSON, 1989)

Desse modo, a pesquisa social torna-se cada vez mais necessária, justamente para poder possibilitar a criação dos fundamentos e da linguagem com a qual se pode combater dialeticamente os pressupostos e ideais autoritários que ainda impregnam a sociedade brasileira, em níveis macro e microfísicos. Para isso, é preciso que as pesquisas revelem a

verdade, que não falseiem dados e consigam penetrar as realidades sociais a serem conhecidas com a segurança da ciência.

Nogueira (1975) define o método científico como uma sucessão de estágios de observação, registro e análise, através dos quais descobrem-se novas relações entre os fenômenos objetos de um ramo científico. O método é basicamente o mesmo para todas as ciências, naturais ou humanas e consiste em: formular questões e propor problemas, efetuar observações, registrar com sistematicidade e cuidado e rever opiniões e idéias anteriores à luz dos novos conhecimentos obtidos.

A formulação de questões ou a apresentação de problemas cientificamente significativos pressupõe uma familiaridade com os resultados da atividade científica anterior, com os conceitos, hipóteses e teorias divulgadas por outros pesquisadores e com os problemas que, no estágio presente do respectivo ramo científico, preocupam os especialistas. (NOGUEIRA, 1975, p.73)

Por este motivo, nos capítulos anteriores, especialmente no primeiro, foram apresentados autores com sólidas pesquisas em ciências sociais, sobre o processo de democratização brasileira, após a ditadura militar, e sobre os movimentos sócio-comunitários.

Neste capítulo, são apresentadas entrevistas semi-estruturadas com as lideranças da UFECO que participaram da organização dos Seminários Regionais.

Foram aplicadas questões abertas, devido à possibilidade de reflexão e à colocação do ponto de vista dos entrevistados. A entrevista foi estruturada em 9 questões, as quais serão apresentadas a seguir:

- 1) Nome. Entidade que representa. Telefone.
- 2) Desde quando é representante da UFECO ou da FAMESC nesta região?
- 3) Há quanto tempo está no Conselho Comunitário, UFECO ou FAMESC?

- 4) Como foi a experiência de participação no Seminário Regional desta região?
- 5) Quais os objetivos da comunidade após a participação nos Seminários Regionais?
- 6) Estará disposto, novamente, a fazer parte do processo organizativo de outros eventos (II Fórum da Cidade, Seminários Regionais)?
- 7) Na sua comunidade e região foi proveitosa a repercussão do evento? Refletiu positiva ou negativamente?
- 8) O Estatuto da Cidade foi bem aceito por todos?
- 9) Hoje, como deve ser aplicada essa lei?

As respostas foram agrupadas em quadros, por pergunta, e serão apresentadas a seguir, e, depois disso, a análise fundamentada no referencial teórico desta pesquisa.

4.2 ALGUNS ELEMENTOS À COMPREENSÃO DOS SIGNIFICADOS DOS SEMINÁRIOS REGIONAIS PARA A UFECO

A categoria social mais importante para os movimentos de emancipação da sociedade civil, em relação aos modelos do Estado autoritário e dos movimentos de reivindicação e transformação da realidade social, é Democracia: o que é e o que deve ser. Esta categoria, na prática, só pode ser construída paulatinamente, em várias direções e níveis diferentes, sendo influenciada por uma complexidade de fatores que vão do Estado à sociedade civil, da sociedade nacional às comunidades de base e dos grupos aos indivíduos que os compõem.

Assim, a Democracia como governo de todos e para todos, deve ser pensada como processos, tendo em vista o predomínio milenar do autoritarismo dos Estados, como foi referido na fundamentação teórica desta pesquisa.

Diante disso, como categoria fundamental ao processo de democratização, destacamos o conceito de Participação Política.

Segundo Dallari (1984), o filósofo grego Aristóteles definia o homem como um animal político, isto porque o ser humano dependia da vida social, da relação com o outro. A palavra política vem de *polis*, a comunidade e a cidade, ou seja, a vida humana e social em comum, as regras de organização desta vida, os objetivos comunitários e as decisões que devem ser tomadas em conjunto a fim de atingir estes objetivos, principalmente, o de conservação da vida da comunidade e de cada um dos membros dentro dela.

Observa-se que nesta definição de Aristóteles, pressupõe-se uma sociedade natural, isto é, onde o governo é feito em função de todos, havendo igualdade de direitos e oportunidades, não havendo falta e exclusão em nenhum grupo social. Este não era o caso da democracia grega que apenas dava direitos iguais aos cidadãos aristocráticos gregos, no entanto, restringia esses direitos aos ditos plebeus e negava-os aos escravos.

Este conceito de política que implica direito à participação política, só pode ser compreendido nas sociedades naturais, criadas com o objetivo do bem comum. Esse conceito não serve àqueles governos que são impostos pela vontade de uma minoria, assim como não lhes serve o conceito de democracia, mas sim o de autoritarismo.

Compreendendo o conceito tal como significa em uma sociedade natural, Dallari (1984) define política como “a conjugação das ações de indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as a um fim comum”. (p.10).

A política é a organização social que procura atender as necessidades naturais dos seres humanos, tais como habitação, meios de produção, meios sócio-culturais e ambientais, etc., buscando resolver os problemas inerentes à convivência humana e, assim, a política é, também, ação humana que deve produzir efeitos sobre a organização, o funcionamento e os objetivos de uma sociedade.

O que se pode inferir das colocações de Dallari sobre política é que esta tem que ser efetivamente participação na vida social, e se esta vida social está organizada em função de todos, todos os indivíduos e grupos da sociedade considerada devem participar das decisões e planejamentos sociais de todas as ordens, especialmente aquelas que se referem à distribuição do produto social e dos poderes de decisão.

O processo de democratização da sociedade brasileira, tal como foi visto no capítulo 1, implica em um amplo movimento de emancipação da sociedade civil em relação

ao Estado que se realiza na crítica e no combate ao autoritarismo das decisões políticas em geral e das decisões político-sociais, ou de políticas sociais, em especial. Uma das construções ideológicas do autoritarismo é o mito, inculcado nas classes médias e nas classes populares de que não se deve, não se pode e não adianta fazer política, ter participação política, com isso, dá-se por antecipado o direito das elites que estão no poder, de tomarem as decisões segundo seus interesses.

Esse mito deve ser combatido, explicitando-se, através dos movimentos e organizações de emancipação popular e sócio-comunitárias, que a participação política é a única via, nas atuais condições, de se transformar as leis e, através delas, a sociedade ou, pelo menos, melhorá-la um pouco, dar-lhe um caráter humano mais acentuado. “A participação política é uma necessidade da natureza humana. Para todos os seres humanos é indispensável a vida em sociedade e para que esta seja possível torna-se necessária uma organização ...”. (DALLARI, 1984, p. 89)

Ainda conforme Dallari (1984), para que a política seja realmente a Política Libertadora, com “P” maiúsculo, e não a política autoritária e aprisionadora, como afirma o teólogo da libertação Leonardo Boff, citado por Dallari, deve ser democrática, isto é, visar a busca do bem comum, a promoção da justiça, dos direitos, a denúncia da corrupção e da violação da dignidade humana.

No mesmo sentido, Vieira (1992, p. 9) define as relações entre Estado de Direito e Sociedade Democrática.

A Democracia se define e se sustenta em um Estado de Direito que está fundado sobre princípios válidos universalmente, em que a liberdade prevalece sobre a autoridade, mas sob o respeito das leis formuladas e apoiadas por todos. Numa democracia deve haver a divisão de poderes, a estrita legalidade e ampla transparência da administração e a *garantia dos direitos e liberdades fundamentais*.

O Estado de Direito pressupõe que um órgão representativo popular, expressando a vontade geral, estabeleça que a lei comum esteja assegurada numa Constituição. Uma

vontade individual ou de um grupo particular da sociedade não poderia gerar leis de um Estado de Direito, suas leis são as do Estado de Exceção. A lei deve ser gerada por uma assembléia popular, eleita livremente e composta por todos os setores significativos da sociedade.

Segundo Vieira (1992), as sociedades modernas são sociedades de massa, o que não significa, absolutamente, que sejam sociedades democráticas, mesmo quando formalmente elas se afirmam enquanto tal. Na autêntica sociedade democrática, onde o conceito de Democracia não se confunde com o de demagogia, os indivíduos e grupos participam do controle das decisões, da promulgação e formulação das leis e da distribuição dos lucros da produção. “Participar dos rendimentos da produção envolve não só mecanismos de distribuição de renda, mas sobretudo níveis crescentes de coletivização das decisões, principalmente, nas diversas formas da produção”. (VIEIRA, 1992, p. 13)

Assim, para Vieira (1992), a Democracia e os processos de participação democrática não envolvem somente a esfera propriamente política, mas, também, a esfera econômica, em torno da qual, como se sabe, gira a sociedade inteira. Desse modo, a democratização das decisões políticas implica em uma democratização em todos os níveis e setores da sociedade e um gerenciamento coletivo dos recursos sócio-econômicos.

Vieira (1992) distingue política econômica de política social. A primeira, na Sociedade Moderna Capitalista, concerne às estratégias econômicas impostas pela burguesia, em função de seu modo de produção, que implica investimento e retorno acumulado do capital aos mesmos proprietários e implica, de outro lado, o aparecimento da pobreza e da marginalização generalizada. Essas consequências podem ser vistas como o fruto da política econômica capitalista, pois suas estratégias econômicas pressupõem um exército de mão-de-obra disponível e barata. Já a política social é construída a partir dos movimentos operários de

contestação da ordem econômica exploradora e opressiva do capitalismo. Ela deve ser, inicialmente, entendida como estratégia governamental de intervenção como resposta aos movimentos de reivindicação de origem popular (operários, “minorias” oprimidas, etc).

O que se pode deduzir é que a política social surge como resposta aos movimentos populares e estes têm a primazia no apontar o problema. O governo geralmente, à serviço das classes dominantes capitalistas ou pressionado por elas, tenta construir paliativos na forma de assistencialismos que visam apenas esconder um pouco os crescentes desníveis econômicos existentes no seio da sociedade. Porém, na medida que os movimentos e organizações populares e sociais vão se fortalecendo e esclarecendo seus objetivos, eles podem, cada vez mais, pressionar o governo, no que diz respeito às políticas sociais adequadas e à votar leis de proteção às populações excluídas ou exploradas.

Desse modo, as políticas sociais são uma faca de dois gumes. Elas se originam de problemas sociais levantados pelas classes populares, mas são formuladas, geralmente, pelos representantes das classes dominantes que buscam fornecer soluções, sem, contudo, reduzirem seus lucros. No entanto, em um processo de democratização, tal como acontece com a sociedade brasileira atual, o governo pode ser levado a criar políticas sociais cada vez mais de acordo com as aspirações das classes populares.

Portanto, as políticas sociais tendem a ser mais adequadas quanto mais se amplia o processo de democratização, na medida em que as classes populares e outros setores que desejam mudanças sociais positivas para todos tomam poder de decisão e de formulação de tais políticas ou, pelo menos, sejam capazes de manter a pressão suficiente para que essas políticas alcancem a resolução dos problemas das organizações sócio-comunitárias.

Uma outra categoria social importante que serve de crivo à análise empírica é Cidadania. Esse conceito indica a propriedade do ser cidadão, seu direito fundamental de

participação nas decisões políticas, sociais, históricas e econômicas da sociedade a que ele pertence.

Walzer define três tipos de cidadania:

1) a do *cidadão oprimido*, esta cidadania tem, pelas condições precárias de sobrevivência dos indivíduos que a possuem, menos influência e poder político e de ação que as demais cidadanias; 2) a cidadania do *cidadão isolado*, que é aquela do indivíduo que não quer e afirma que não tem que se meter em política. Este procura apenas viver bem sob a proteção do Estado e não se envolver em problemas que não são de sua conta, assim pensa ele; 3) a cidadania do *cidadão pluralista*, esse cidadão participa efetivamente do ato de governar, ele tem a cidadania como uma escolha moral, um ideal e não como um *status legal*. (WALZER, 1977)

As definições de Walzer podem não ser totalmente adequadas, mas ele distingue dois tipos básicos de cidadãos: aqueles que, de uma forma ou outra, e com o poder que dispõem, participam da vida política da sociedade e aqueles outros que, cegamente, obedecem as decisões governamentais, apenas tratando de cuidar de seus próprios negócios.

O primeiro tipo de cidadão, o participativo, caminha para a via democrática. Já o segundo, necessariamente, apóia a via autoritária. Quanto ao cidadão oprimido de Walzer, cujas condições de vida e educação não lhe permitem uma ação mais efetiva nos atos do governo e das decisões políticas, ele pode alcançar este poder junto com os demais, organizando-se. Na organização ele aprenderá sobre seus direitos integrais de cidadão e desenvolverá sua capacidade para refletir sobre as melhores políticas para uma sociedade.

É este o papel das organizações sócio-comunitárias e das organizações democráticas populares, o de levar seus membros à consciência de sua cidadania, da importância da participação política democrática, do seu poder e força enquanto corpo organizado e reflexivo que pode, por sua vez, conectar-se a outros setores transformadores e democráticos e, inclusive, interagir com a área da pesquisa e do saber acadêmico e científico.

As respostas das entrevistas feitas com lideranças da UFECO, FAMESC e Conselhos Comunitários das regiões Centro / Itacorubi, Continente, Lagoa, Norte da Ilha e Sul da Ilha, são apresentadas a seguir em quadros, por pergunta. A cada uma das perguntas são apresentadas as respostas de todos os entrevistados.

4.2.1 DESCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

FIGURA 2**1) NOME – ENTIDADE QUE REPRESENTA – TELEFONE:**

LIDERANÇA	RESPOSTA
PAULO RUVER	Vice-Presidente da FAMESC (Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina) e Representante da Região Centro/Itacorubi Telefone: 221-1152 \ 334.1554
LUIS RODRIGO SOUTO	Coordenador Regional da UFECO (Continente 1 e 2) Telefone: 248-7652 \ 248.7625
SÉRGIO MURAD	Associação dos Moradores da Lagoa (AMOLA) e Coordenador Regional da UFECO (Lagoa e Rio Vermelho) Telefone: 232.8124
JOSÉ TOMAZ PEREIRA	Coordenador Regional da UFECO (Norte) Telefone: 282-1369 / 99802308
JOSÉ CARLOS BENTO	Coordenador Regional da UFECO (Sul) Telefone: 231-6155
ALBERTINA DA SILVA DE SOUZA	Presidente da UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias)

Telefone: 234-3685

3

2) DESDE QUANDO É REPRESENTANTE DA UFECO OU DA FAMESC NESTA REGIÃO?

LIDERANÇA	RESPOSTA
PAULO RUVER (FAMESC e Região Centro / Itacorubi)	“Por morar no Centro/Itacorubi, acabei na coordenação dessa região. Mas, a Tina ajudou o Teco, não teve uma pessoa só. E estou desde 1970 no movimento estudantil e sindical, e fundamos a Associação do Morro do Tico-Tico no final de 1988 e início de 1989, e, desde lá, não saí mais. Na FAMESC, passei a ser colaborador da equipe do Vice-Presidente Regional de Florianópolis no Congresso de Concórdia, 2 anos, depois, Blumenau, Caçador, e, agora, em Criciúma. Isso já deve fazer uns oito anos. Em Blumenau, fui eleito Secretario Geral, e, agora, estou terminando a segunda gestão de 4 anos.”
LUIS RODRIGO SOUTO (Região Continente)	“Eu represento a UFECO nesta região desde 2002.”
SÉRGIO MURAD (AMOLA e Região Lagoa)	“Nós começamos esse trabalho há dois anos e meio, mais ou menos.”
JOSÉ TOMAZ PEREIRA (Região Norte)	“Desde dezembro de 2001.”

JOSÉ CARLOS BENTO (Região Sul)	“Estou afastado do Conselho Comunitário e sou representante da UFECO, nesta região, desde dezembro de 2001.”
ALBERTINA DA SILVA DE SOUZA (UFECO)	“Dezembro de 2001.”

FIGURA 4

3) HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ NO CONSELHO COMUNITÁRIO, UFECO OU FAMESC?

LIDERANÇA	RESPOSTA
PAULO RUVER (FAMESC e Região Centro / Itacorubi)	“Conforme resposta anterior, na FAMESC, como Secretário, há 8 anos.”
LUIS RODRIGO SOUTO (Região Continente)	“Desde o ano passado, Nós fomos eleitos e eu fui convidado para representar o Continente 1. Com a falta de um companheiro nosso, agora, tive que assumir o Continente 2 que abrange aquela região do Estreito e aumentou a área.”
SÉRGIO MURAD (AMOLA e Região Lagoa)	“Eu faço parte da AMOLA há dois anos e meio, mais ou menos.”
JOSÉ TOMAZ PEREIRA (Região Norte)	“Desde dezembro de 2001. O negócio é o seguinte: a UFECO não é um Conselho. A UFECO é a entidade

	<p>maior, que representa todas as entidades de Florianópolis. Então, eu fazia parte da Associação de Moradores de Jurerê, durante 6 anos fui presidente, vice-presidente e, depois, saí e entrei na UFECO, pois estamos e fomos eleitos em dezembro de 2001, nosso mandato acaba em dezembro de 2003.”</p>
<p>JOSÉ CARLOS BENTO (Região Sul)</p>	<p>“Estou envolvido com Conselho Comunitário há, mais ou menos, uns 15 anos, com o movimento, na juventude, na comunidade e, depois, através de Associação de Moradores e Conselho Comunitário.”</p>
<p>ALBERTINA DA SILVA DE SOUZA (UFECO)</p>	<p>“De Associações, de Conselhos Comunitários, mais ou menos ... na UFECO há 1 ano e meio.”</p>

FIGURA 5

4) COMO FOI A EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NO SEMINÁRIO REGIONAL DESTA REGIÃO?

LIDERANÇA	RESPOSTA
-----------	----------

<p>PAULO RUYER (FAMESC e Região Centro / Itacorubi)</p>	<p>“O Seminário Regional do Fórum da Cidade foi resultado do I Fórum da Cidade, ele foi decisivo, porque ele é uma síntese das necessidades das comunidades. Foi uma tentativa de avançar na questão da regulamentação do Estatuto, enfrentamento do Poder Público, de enfrentar o cerne político dos propósitos do Estatuto da Cidade na luta por uma cidade melhor. E foi um movimento importante de realização do movimento comunitário. Ele envolveu pessoas, ele permitiu conhecer a realidade, levantar a pauta de reivindicações, as pessoas se engajaram melhor, os alunos tiveram uma participação importantíssima, teve a questão de melhora, se avançou nas questões das tarefas políticas, que estavam colocadas para a UFECO, o NESSOP e o Fórum da Cidade, para os diferentes atores desta história.”</p>
<p>LUIS RODRIGO SOUTO (Região Continente)</p>	<p>“Em primeiro lugar, eu gostaria de salientar a importância que houve entre a Universidade e a UFECO, isso foi uma das coisas mais importantes que houve, aqui, essa troca de conhecimentos, porque, sem dúvida nenhuma, é um suporte maior, tanto para nós da UFECO, como para a comunidade.”</p>

<p>SÉRGIO MURAD (AMOLA e Região Lagoa)</p>	<p>“Falar em Seminário do NESSOP é coisa brava, eu chamo de Seminário da Lagoa, porque foi do pessoal da Lagoa. Modéstia à parte, o NESSOP ajudou um pouquinho, pouquinho. Mas a experiência foi ver um mundo de gente se empolgar, se entusiasmar e apresentar trabalhos. Nós deixamos livre, não havia, vamos dizer, matéria a ser discutida. Trouxemos trabalhos de todos os tipos. Fizemos, assim, exposição, não houve formação de opinião a respeito de determinada coisa. Cada grupo apresentou um programa sobre sua ótica, aquilo que estava vivendo, a sua parte da Lagoa, no seu ponto de vista. Então, acredito que nós tivemos um papel formidável, muito bem feito. A Lagoa, dizendo, dos seus problemas e das coisas da sua gente, foi empolgante ver isso...”</p>
<p>JOSÉ TOMAZ PEREIRA (Região Norte)</p>	<p>“A experiência foi boa, uma das melhores.”</p>
<p>JOSÉ CARLOS BENTO (Região Sul)</p>	<p>“Nossa experiência foi muito boa em torno da organização, foram debatidos vários temas no Seminário, trazidos à tona os problemas que a Região Sul enfrenta, como violência, Plano Diretor, saneamento básico, infra-estrutura.”</p>
<p>ALBERTINA DA SILVA DE SOUZA (UFECO)</p>	<p>“Na verdade, eu, particularmente, não participei da organização. Foram os Vice-Regionais, porque a UFECO trabalha com representações regionais, eu fiquei mais nos debates das políticas junto com a organização.”</p>

FIGURA 6

5) QUAIS OS OBJETIVOS DA COMUNIDADE APÓS A PARTICIPAÇÃO NOS SEMINÁRIOS REGIONAIS?

LIDERANÇA	RESPOSTA
PAULO RUVER (FAMESC e Região Centro / Itacorubi)	<p>“Dos objetivos dos Seminários realizados pelo Fórum da Cidade, UFECO, NESSOP, todos articulados, pra mim ficaram claros nas resoluções dos Seminários. Eu acho que é preciso avançar naquilo que ficou claro no processo preparatório: estamos numa região em que há diferenças e divergências muito grandes entre as lideranças. O perfil, a história é diferente, por isso, a atitude, a prática do trabalho de gente que deu força pra iniciativa do Fórum da Cidade e gente que fez ao contrário, mobilizar só ali, voltar pra sua comunidade. Eu acho que é uma oportunidade para o movimento comunitário crescer nos aspectos organizativo, político e de capacidade de luta por reivindicações.”</p>
LUIS RODRIGO SOUTO (Região Continente)	<p>“Os objetivos, eu acho que ficaram bem claros nesse Seminário Regional entre a FAMESC, a UFECO e o NESSOP, conseguiram atingir muito.”</p>
SÉRGIO MURAD (AMOLA e Região Lagoa)	<p>“É gozado, parece que vocês valorizam extraordinariamente esse Seminário. Eu não vejo a coisa sobre esse prisma, a Lagoa já era uma região, em termos comunitários ... já tinha</p>

	<p>o seu Comitê de Gerenciamento. Então, surgiu, ou surtiu qualquer efeito em função do Seminário, não, o Seminário foi um momento de reunião de muita gente, nós conseguimos a participação de escolas e tal. A participação popular grande, fizemos uma certa divulgação e tal, foi um momento, assim, mas um ponto que já vinha acontecendo na Lagoa. Nossa luta é, e continua sendo, em função da poluição, do abandono que está existindo nos últimos tempos, a falta de uma administração realmente eficiente que cuide do nosso pedaço, isso tanto no campo Estadual, Municipal e Federal, e, também, nós temos, agora, recentemente, de um ano ou dois anos pra cá, com o problema da segurança, nós formamos um CONSEG (Conselho de Segurança Comunitária) e estamos batalhando neste sentido, a Lagoa briga.”</p>
<p>JOSÉ TOMAZ PEREIRA (Região Norte)</p>	<p>“Nossos objetivos, lá, hoje, da minha comunidade de Jurerê, perto de Canasvieiras, que é distrito de Jurerê e distrito de Canasvieiras, então, é um negócio meio complicado. A violência, o lazer, cada região, como você não tem policial. Se fizesse um trabalho em conjunto com todas as comunidades ali ou os órgãos públicos, associações, pedindo e brigando pela mesma coisa, é manifestações e através de imprensa, então, aquilo ganharia uma força maior ... com o Deputado Federal Mauro Passos, então, tudo isso</p>

	de um movimento de união de todos os bairros que foram afetados, é a cobrança, por incrível que pareça, quando se começa a mexer com o bolso, aí ...”
JOSÉ CARLOS BENTO (Região Sul)	“Nossos objetivos concentram-se em apoiar e estar sempre a frente dos movimentos comunitários, junto com novos eventos e lutas por questões principais no Sul da Ilha, em prol da comunidade.”
ALBERTINA DA SILVA DE SOUZA (UFECO)	“O objetivo dos Seminários era conhecer a comunidades, a região, conhecer seus problemas, suas demandas para fazer um encaminhamento com o Poder Público para buscar as reivindicações da comunidade.”

FIGURA 7

6) ESTARÁ DISPOSTO, NOVAMENTE, A FAZER PARTE DO PROCESSO ORGANIZATIVO DE OUTROS EVENTOS (II FÓRUM DA CIDADE, SEMINÁRIOS REGIONAIS)?

LIDERANÇA	RESPOSTA
PAULO RUVER (FAMESC e Região Centro / Itacorubi)	“Estamos direto aí nestas histórias, como uma “cachacinha”. A gente não larga mais, quer dizer, estamos aí no processo de preparação do Congresso da FAMESC, dos Congressos Regionais, cursos de formação do NESSOP, principal parceiro do movimento, e estamos participando das eleições de associação da Ilha e Continente. Toda hora estão

	aparecendo solicitação de assessorias e participando da coordenação dos processos em todos esses eventos. A gente está dando continuidade a esse trabalho.”
LUIS RODRIGO SOUTO (Região Continente)	“Sim, estaremos sempre prontos, e a professora Iliane com a outra estagiária, já estamos articulando outro Seminário, mas, dessa vez, iremos pedir para que sejamos o primeiro, porque, na outra vez, foi o da Lagoa. Iremos trazer um representante do transporte urbano para explicar como ficará esta nova mudança nos ônibus, no Terminal de Florianópolis. E já faço o meu convite à você, Raquel, para participar do evento.”
SÉRGIO MURAD (AMOLA e Região Lagoa)	“Não é minha intenção participar de Seminários, porque eu não vi seqüência, o efeito que deveria ter tido. Os organizadores que me desculpem, mas eles não pensaram na seqüência, apenas na realização desse evento, que acharam bonito, cheio de gente, aquele espetáculo todo e tal, daí? Ficou nisso.”
JOSÉ TOMAZ PEREIRA (Região Norte)	“Sempre estaremos prontos, porque o que for para trazer benefício para o Norte da Ilha iremos participar, com certeza.”
JOSÉ CARLOS BENTO (Região Sul)	“Com certeza, já estamos trabalhando em prol disso, inclusive, outra colega de vocês já veio nos procurar, esqueci o nome dela, para organizar, deverá ser no dia 30 ou 31, se

	não me engano, de maio, e nós estamos a fim de organizar sim, com certeza, a mobilização da comunidade. Justamente estamos discutindo o Plano Diretor da região e estão tendo reuniões periódicas. Isso está indo ao encontro das necessidades que nós estamos tendo na região.”
ALBERTINA DA SILVA DE SOUZA (UFECO)	“Com certeza, a UFECO tem propostas de participar de todas as discussões da cidade, onde estiver espaço e pernas para dar conta, a gente gostaria de estar nessas discussões.”

FIGURA 8

7) NA SUA COMUNIDADE E REGIÃO, FOI PROVEITOSA A REPERCUSSÃO DO EVENTO? REFLETIU POSITIVA OU NEGATIVAMENTE?

LIDERANÇA	RESPOSTA
PAULO RUYER (FAMESC e Região Centro / Itacorubi)	“Eu acho que foi positivo, no geral, se bem que, no que diz respeito às lideranças, foi pequena a participação na nossa região. Tiveram várias ONG’s no Itacorubi Maciço Centro, estudantes de várias áreas UFSC e UDESC. Das lideranças, acreditavam, ou não acreditavam, o quanto esse tipo de evento tem que se qualificar. Essa coisa de se ter paciência para assistir eventos acadêmicos, os acadêmicos estão treinados pra isso, mas as lideranças comunitárias não necessariamente.”

<p>LUIS RODRIGO SOUTO (Região Continente)</p>	<p>“Para nós foi muito positivo esse espaço e para as lideranças presentes naquele local, porque a Universidade, ao trocar estes conhecimentos, é um verdadeiro manancial, e, na coordenação da professora Simone e as alunas estagiárias, foram, também, trazidas pelas lideranças as prioridades e discutidas aqui em Coqueiros, porque só aqueles que moram lá, vivem lá, é que realmente sabem disso, né? Também foi discutido o caso da verticalização, dos prédios acima de 12 andares e da ocupação da encosta do morro aqui da região, é isto.”</p>
<p>SÉRGIO MURAD (AMOLA e Região Lagoa)</p>	<p>“Como eu disse antes, vocês marcaram muito a realização desse evento, eu não vejo dessa forma, não teve, vamos dizer assim, a repercussão, foi nós termos colocado lá quase que 1% da população da Lagoa, na SAL, onde foi realizado o evento, mas se a gente se analisar, na mídia, o reflexo, foi pequeno, quase não se falou nada a respeito disso e tal, foi como eu disse, os resultados foram meio ...”</p>
<p>JOSÉ TOMAZ PEREIRA (Região Norte)</p>	<p>“Foi muito bom para nós, porque mesmo que exista uma distância muito grande entre as comunidades, seus anseios e o descaso dos governantes conosco, foi muito positivo, pois o pior é ficar calado e omissos diante do que está acontecendo.”</p>

<p>JOSÉ CARLOS BENTO (Região Sul)</p>	<p>“Para a comunidade do Sul ele foi altamente positivo. No que diz respeito à comunidade, à localidade onde eu resido, também, porque o próprio banco, diretores dos Conselhos Comunitários, o qual estamos comandando, não têm iniciativa, trabalham contra isso, não a favor disso aí, pois são ligados ao atual Poder Executivo, e o atual Poder Executivo não contempla esse tipo de coisa, quer e não quer que a comunidade questione esse tipo de coisa.”</p>
<p>ALBERTINA DA SILVA DE SOUZA (UFECO)</p>	<p>“Eu vejo, na cidade, uma grande aceitação, repercussão, mas a gente não conseguiu dar os encaminhamentos pelo Poder Executivo.”</p>

FIGURA 9

8) E O ESTATUTO DA CIDADE FOI BEM ACEITO POR TODOS?

LIDERANÇA	RESPOSTA
<p>PAULO RUVER (FAMESC e Região Centro / Itacorubi)</p>	<p>“O Estatuto, no geral, foi bem aceito em todos os movimentos que a gente tem visto, não só nos Seminários, mas em todos os eventos. Ele é uma novidade, ele é um método novo, necessário, resultado do acúmulo do movimento e as pessoas se dedicam à conhecer, à absorver, à estudar e compreender que ele é uma ferramenta importante. Vamos ter que ver, na prática, se consegue, mas isso nós já temos experiência em Florianópolis, Lagoa, Campeche e foram vitoriosos.”</p>

<p>LUIS RODRIGO SOUTO (Região Continente)</p>	<p>“O Estatuto da Cidade foi bem aceito sim, mas ainda falta muito para ser feito, porque as decisões políticas no Brasil são lentas mesmo e, quem sabe, com este novo governo do Lula, as coisas até melhoram.”</p>
<p>SÉRGIO MURAD (AMOLA e Região Lagoa)</p>	<p>“O Estatuto da Cidade esta sendo bem ignorado, na sua maioria, apenas alguns líderes conhecem e, vamos dizer assim, procuram utilizar, gente como o Jeffrey, o Alécio, gente que conhece, assim, poucos. Ainda é bem pequenininha e aquele evento não chegou a se fazer, até em termos de divulgação, porque foi um momento, vamos se dizer assim, que tinha muita gente, deveria ter sido colocado de forma didática e curta que apenas gravassem os pontos principais. Houve uma exposição detalhada, o que prejudicou o entendimento, naturalmente, das pessoas mais <i>simples</i>.”</p>
<p>JOSÉ TOMAZ PEREIRA (Região Norte)</p>	<p>“Muitas entidades da UFECO não sabem o que é o Estatuto da Cidade, o que representa o Estatuto da Cidade, o seu significado, a sua força e, por isso, esses instrumentos são colocados nas mãos de quem não tem interesse e compromisso em melhorar a cidade. Tem um programa que eu participei nas regiões e não participaram, porque eu acho que não é por aí que funcionam as coisas. Talvez o Estatuto da Cidade não esteja funcionando melhor, porque está muito elitizado e tudo que se elitiza nesse país, infelizmente, não</p>

	funciona. A gente vê nas reuniões muitas pessoas falando bonito, muita conversa e pouquíssimas ações, mais ou menos, como a Agenda 21, essa é uma realidade: fala-se muito e age-se pouco, um ano e meio de blá...blá... e deu no que deu...”
JOSÉ CARLOS BENTO (Região Sul)	“Sim, principalmente nas comunidades que estão sendo atingidas pelo Plano Diretor, o qual o IPUF, em conjunto com a Prefeitura e alguns vereadores, quer implantar no Sul da Ilha. Muitas pessoas não tinham idéia do que significa a Lei do Estatuto da Cidade e o que eles podem se beneficiar através dela.”
ALBERTINA DA SILVA DE SOUZA (UFECO)	“Eu acho que ainda não, no geral, porque a maioria das lideranças desconhece o Estatuto, por isso, que elas não estão ali, aguerridas, buscando seus direitos que estão na Lei. <i>Elas desconhecem a proposta da gente que, também, no Fórum da Cidade, é o Estatuto ser conhecido para, depois ... se você não conhece, você não busca.</i> ”

FIGURA 10

9) HOJE, COMO DEVE SER APLICADO O ESTATUTO DA CIDADE?

LIDERANÇA	RESPOSTA
PAULO RUVER	“O Estatuto é um acúmulo teórico, jurídico, de relações da

(FAMESC e Região Centro / Itacorubi)	<p>sociedade e conceitos de princípios, quer dizer, de igualdade social, de transformação desse país. É o resultado de várias teorias, mas eu acho que a aplicação tem algumas molas propulsoras. Em primeiro lugar, a necessidade de perceber que através dele é possível dar passos à frente. O segundo é o conhecimento. As lideranças dominaram o Estatuto. Vai ser um ponto importante. Outro ponto, que eu acho, é a organização coletiva e os espaços de assessoria, quer dizer, o bairro no seu canto. Tudo bem. O sujeito participa de um evento, onde têm propostas, todas, mas se ele não consegue ter uma organização coletiva que dê continuidade, que dê fortalecimento às organizações.... eu acho do movimento comunitário que as Coordenações Regionais da UFECO, FAMESC e esse debate, e essa interação das academias vão afirmando os interesses, tornando-os mais claros, aos professores, aos profissionais, em geral. E a ida de vocês nas comunidades, bairros, voltam melhores.”</p>
LUIS RODRIGO SOUTO (Região Continente)	<p>“Você sabe que essa lei ser aplicada, hoje, existe, sempre, um espaço muito grande, mas, aos poucos, vamos tentando mudar e isso é possível, sim.”</p>
SÉRGIO MURAD (AMOLA e Região Lagoa)	<p>“O Estatuto da Cidade, como instrumento legal, é excelente, não há dúvida. Já estamos conseguindo alguns resultados, inclusive quando conseguimos breçar a construção daquele</p>

	<p>hotel que ia ser feito na beira da Lagoa, foi um resultado de aplicação prática do Estatuto da Cidade. Eu tenho visto outras coisas próximas, mas no Sul da Ilha, também, isso aconteceu. Então, já esta havendo, mas são poucas as pessoas que conhecem e sabem como usar. Eu acredito que com a divulgação nós teremos um efeito muito grande que será o Administrador Municipal, Estadual ou Federal ter que participar e discutir com a comunidade aquilo que deve ser feito e esse dia vai chegar e vai ser bem melhor. Não estão longe da prática as teorias, como eu coloquei o Governo Federal criou o Ministério da Cidade, mas se você acompanhar o noticiário, o Ministério da Cidade nem verba tem, então, o Ministério da Cidade sem dinheiro vai fazer o que? Blá... blá... entrevista para o jornal, essas coisas. No nosso âmbito, vamos se dizer assim, o Movimento Comunitário da Lagoa, os líderes, têm conhecimento do Estatuto da Cidade, estamos aplicando e iremos aplicar em toda sua extensão, na medida que surgirem oportunidades e nós tivermos que brigar, e nós vamos brigar. Não faz a minha cabeça voltar a fazer Seminário, eu não gosto de fazer coisa que não dê resultado.”</p>
<p>JOSE TOMAZ PEREIRA (Região Norte)</p>	<p>“Essa lei a gente sabe que é difícil, mas através da UFECO iremos estar na cobrança e participando junto da comunidade, na busca por uma melhor qualidade de vida</p>

	<p>para todos. Inclusive, com a mudança que ocorreu nesta modernização e valorização dos terrenos, também, outros que vieram de fora, misturou com a nossa cultura dos manezinhos, enfim, como no caso do pedágio que foi construído, isso nós conseguimos embargar, mas nós iremos lutar e chegaremos lá.”</p>
<p>JOSÉ CARLOS BENTO (Região Sul)</p>	<p>“É um grande problema nosso, a lei, a teoria, às vezes, nós falamos muito, discursamos muito e na hora da prática ... praticamente ...”</p>
<p>ALBERTINA DA SILVA DE SOUZA (UFECO)</p>	<p>“Na verdade, o que ta ali é auto aplicável, pouca coisa precisa ser regulamentada pela Prefeitura. O Poder Executivo em Florianópolis, não abre as discussões de direitos e nem sequer a implementação do Estatuto. Outra coisa, a UFECO tem Direção Executiva e 8 Representações Regionais. Os regionais são muito mais executivos para implementar as decisões das discussões na comunidade, organizar uma democratização, descentralização da direção, inclusive, a gente tá ampliando essas representações em mais duas pessoas. O Estatuto permite representações de entidades na UFECO, só que na UFECO, hoje, não acontece as entidades, as direções da UFECO foram tão desgastadas, fechadas, mas qualquer entidade que quiser participar o espaço é aberto.”</p>

4.2.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

De acordo com as colocações dos atores coletivos constantes na Figura 5, como a seguinte:

O Seminário Regional do Fórum da Cidade foi resultado do I Fórum da Cidade, ele foi decisivo, porque ele é uma síntese das necessidades das comunidades. Foi uma tentativa de avançar na questão da regulamentação do Estatuto, enfrentamento do Poder Público, de enfrentar o cerne político dos propósitos do Estatuto da Cidade na *luta por uma cidade melhor. E foi um movimento importante de realização do movimento comunitário.* Ele envolveu pessoas, ele permitiu conhecer a realidade, levantar a pauta de reivindicações, as pessoas se engajaram melhor, os alunos tiveram uma participação importantíssima, teve a questão de melhora, se avançou nas questões das tarefas políticas, que estavam colocadas para a UFECO, o NESSOP e o Fórum da Cidade, para os diferentes atores desta história.

Nesse trecho de entrevista, podemos evidenciar que a democratização é de significativa importância. Há preocupação com a regulamentação do Estatuto da Cidade para que se atenda, via gestão democrática da cidade, as necessidades das comunidades que compõem o município de Florianópolis e, acredita-se que, com a participação dos diversos segmentos sociais comprometidos com práticas democráticas, será conquistada uma melhor qualidade de vida. Isso implica, segundo Fantin (1997, p. 27), no exercício da cidadania

Pois pressupõe o exercício da participação dos cidadãos em vários espaços da sociedade, as experiências de participação fortalecem as lutas pela cidadania. *A análise da participação popular nos espaços urbanos tem suscitado muita discussão.* Kowarick, ao problematizar a participação no meio urbano coloca como componente das relações entre as classes. Assim, participação se refere as relações estabelecidas no mundo da cultura política, da economia e da sociedade civil como um todo.

Sobre a pergunta em questão (4), podemos deduzir que existe uma concepção de respeito às diferentes opiniões apresentadas em diversos trabalhos, o que permite a liberdade

de expressão. Este modo de lidar diversas opiniões constrói a idéia e a ação de democratização.

A maioria dos atores relacionados na Figura 5, apresentaram questões que se traduzem na democratização. Degennszajh (2000, p. 65), conceitua democratização da seguinte forma:

Democratização: remete a ampliação dos fóruns de decisão política que alargando os condutos tradicionais de representação, permitam incorporar novos sujeitos sociais como portadores de direitos legítimos. Implica a dialética entre conflito e consenso, de modo que interesses divergentes possam ser qualificados e confrontados, derivando daí o embate público capaz de gerar adesão em torno das posições hegemônicas.

Observa-se, na citação que se sucede á existência de relevância nas trocas de conhecimentos e considera-se importante o envolvimento de diferentes organizações na realização de eventos como os Seminários Regionais.

Em primeiro lugar, eu gostaria de salientar a importância que houve entre a Universidade e a UFECO, isso foi uma das coisas mais importantes que houve, aqui, essa troca de conhecimentos, porque, sem dúvida nenhuma, é um suporte maior, tanto para nós da UFECO, como para a comunidade. (FIGURA 5)

A partir da análise da colocação que segue poderemos entender que o envolvimento e participação do representante da Lagoa apresentou-se de modo atuante e organizada. A colocação sugere que houve uma participação que foi considerada como fundamental.

Falar em Seminário do NESSOP é coisa brava, eu chamo de Seminário da Lagoa, porque foi do pessoal da Lagoa. Modéstia à parte, o NESSOP ajudou um pouquinho, pouquinho. Mas a experiência foi ver um mundo de gente se empolgar, se entusiasmar e apresentar trabalhos. Nós deixamos livre, não havia, vamos dizer, matéria a ser discutida. Trouxemos trabalhos de todos os tipos. Fizemos, assim, exposição, não houve formação de opinião a respeito de determinada coisa. Cada grupo apresentou um programa sobre sua ótica, aquilo que estava vivendo, a sua parte da Lagoa, no seu ponto de vista. Então, acredito que nós tivemos um papel formidável, muito bem feito. A Lagoa, dizendo, dos seus problemas e das coisas da sua gente, foi empolgante ver isso... (FIGURA 5)

Nas colocações dos atores da Figura 6, a democratização é vista como necessária uma vez que é preciso romper com interesses “locais”, específicos de uma comunidade de forma a garantir lutas que reivindicuem demandas macrossociais.

Dos objetivos dos Seminários realizados pelo Fórum da Cidade, UFECO, NESSOP, todos articulados, pra mim ficaram claros nas resoluções dos Seminários. Eu acho que é preciso avançar naquilo que ficou claro no processo preparatório: estamos numa região em que há diferenças e divergências muito grandes entre as lideranças. O perfil, a história é diferente, por isso, a atitude, a prática do trabalho de gente que deu força pra iniciativa do Fórum da Cidade e gente que fez ao contrário, mobilizar só ali, voltar pra sua comunidade. Eu acho que é uma oportunidade para o movimento comunitário crescer nos aspectos organizativo, político e de capacidade de luta por reivindicações. (FIGURA 6)

Identifica-se a mobilização e a participação comunitária a fim de resolver questões problemáticas das regiões, além da articulação de interesses coletivos entre diferentes comunidades, com a finalidade de melhorar as questões como a violência, por exemplo.

É gozado, parece que vocês valorizam extraordinariamente esse Seminário. Eu não vejo a coisa sobre esse prisma, a Lagoa já era uma região, em termos comunitários ... já tinha o seu Comitê de Gerenciamento. Então, surgiu, ou surtiu qualquer efeito em função do Seminário, não, o Seminário foi um momento de reunião de muita gente, nós conseguimos a participação de escolas e tal. A participação popular grande, fizemos uma certa divulgação e tal, foi um momento, assim, mas um ponto que já vinha acontecendo na Lagoa. Nossa luta é, e continua sendo, em função da poluição, do abandono que está existindo nos últimos tempos, a falta de uma administração realmente eficiente que cuide do nosso pedaço, isso tanto no campo Estadual, Municipal e Federal, e, também, nós temos, agora, recentemente, de um ano ou dois anos pra cá, com o problema da segurança, nós formamos um CONSEG (Conselho de Segurança Comunitária) e estamos batalhando neste sentido, a Lagoa briga. (FIGURA 6)

Na Figura 7, o depoimento que segue é bastante expressivo:

Estamos direto aí nestas histórias, como uma “cachacinha”. A gente não larga mais, quer dizer, estamos aí no processo de preparação do Congresso da FAMESC, dos Congressos Regionais, cursos de formação do NESSOP, principal parceiro do movimento, e estamos participando das eleições de associação da Ilha e Continente. Toda hora estão aparecendo solicitação de assessorias e participando da coordenação dos processos em todos esses eventos. A gente está dando continuidade a esse trabalho.

A resposta acima descrita nos leva a entender o compromisso com a democratização e mobilização social. De acordo com Scherer-Warren e Jean Rossiaud (1999, p. 18), a democratização é entendida da seguinte maneira:

Concordamos em linhas gerais com a idéia de que as mobilizações coletivas contemporâneas se caracterizam pela sua fragmentação. Entretanto, queremos desenvolver a idéia de que seria um erro metodológico considerar unicamente esta fragmentação, e de não observar, ao mesmo tempo, a “homogeneização” dos temas, a estruturação em rede e coordenações dos diferentes setores e a continuidade histórica das mobilizações. Considerando estes pontos no processo de globalização a questão da democratização e do que chamamos aqui “movimento cidadão”, nos parece crucial.

Podemos nos remeter, também, à idéia de participação. Fantin (1997, p. 27) entende a participação da seguinte maneira:

A participação como determinada ação humana, que revela capacidade de exprimir o desejo de realizar, fazer coisas, afirmar a si mesmo e ao coletivo, suas potencialidades. É também a prática da interação, comunicação e cooperação com as demais pessoas como, por exemplo, a auto-expressão, o desenvolvimento de pensamento reflexivo e crítico, a valorização de si e dos outros, entre outras práticas.

Podemos, também, identificar um certo descontentamento com a realização de eventos como o Seminário Regional, pois analisando a colocação subsequente observa-se uma crítica à falta de ações posteriores que coloquem em prática as discussões.

Não é minha intenção participar de Seminários, porque eu não vi seqüência, o efeito que deveria ter tido. Os organizadores que me desculpem, mas eles não pensaram na seqüência, apenas na realização desse evento, que acharam bonito, cheio de gente, aquele espetáculo todo e tal, daí? Ficou nisso. (FIGURA 7)

Esse depoimento pode ser respondido com o que segue:

... já estamos trabalhando em prol disso, inclusive, outra colega de vocês já veio nos procurar, esqueci o nome dela, para organizar, deverá ser no dia 30 ou 31, se não me engano, de maio, e nós estamos a fim de organizar sim, com certeza, a mobilização da comunidade. Justamente estamos discutindo o Plano Diretor da região e estão tendo

reuniões periódicas. Isso está indo ao encontro das necessidades que nós estamos tendo na região. (FIGURA 7)

É possível percebermos que o envolvimento dos representantes da UFECO em suas respectivas regiões ocorre, ora com maior, ora com menor engajamento com os processos político-organizativos. Isto é fundamental avaliar para que sejam alcançadas mudanças societárias significativas, pois para Gohn (1991, p. 45)

O projeto transformador contempla a participação real das classes populares. Contém elementos de negociação da ordem social capitalista e dá origem ao novo. Ele emerge a partir da articulação de interesse dos subordinados e se constrói na práxis cotidiana através das reivindicações e pressões que emergem no cenário urbano devido ao processo de pauperização das camadas subordinadas e das contradições engendradas pela acumulação.

Eu acho que foi positivo, no geral, se bem que, no que diz respeito às lideranças, foi pequena a participação na nossa região. Tiveram várias ONG's no Itacorubi|Maciço|Centro, estudantes de várias áreas UFSC e UDESC.(FIGURA 8)

O depoimento anterior chama a atenção para a questão de que a UFECO ao atender as ansiedades, democratizar a tomada de decisões sobre como se organizará determinado evento, está desenvolvendo um modo peculiar de respeitar e motivar os atores sociais para que participem com entusiasmo de eventos que tenham como objetivo informar a população sobre as possibilidades e maneiras de exercitar a cidadania. Acreditamos que acatando propostas vindas da maioria dos atores sociais podemos encontrar saídas para atingir os direitos garantidos por lei. Nessa direção, a UFECO participou da qualificação dos Seminários Regionais ao garantir uma agenda de prioridades regionais participativamente construída e à luz do Estatuto da Cidade.

Certamente entende-se que a busca por determinadas melhorias no município de Florianópolis, implica em criar consensos de classe, ir além do particular, do local, do imediato e é pertinente a solidariedade entre diferentes entidades comunitárias para que se persiga conquistas sociais mais amplas que beneficiem a população como um todo.

Para Fantin (1997, p. 28 e 29), ao comentar sobre os sujeitos coletivos na mobilização comunitária admite que é a partir da necessidade e carências que as pessoas se mobilizam, organizam e lutam pelos seus direitos, sejam eles amplos ou restritos ao mundo que os cerca. Assim, Sader (1988, p. 55) define:

Quando uso a noção do sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais os seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades construindo-se nessas lutas... tratam-se de pluralidades de sujeitos, cujas identidades são resultados de suas interações em processo de recíproco e cujas posições são mutáveis e intercambiáveis.

Assim, a participação popular, a horizontalização na tomada de decisões são essenciais para que se possa viver em uma comunidade com infra-estrutura básica, de maneira a respeitar e preservar os recursos do meio ambiente natural. Neste sentido, planejando o seu ambiente de vida, pode-se garantir a si e aos seus descendentes certa qualidade de vida. Segundo o Vice-Regional Sul da UFECO

Para a comunidade do Sul ele foi altamente positivo. No que diz respeito à comunidade, à localidade onde eu resido... (FIGURA 8)

A colocação seguinte, evidencia um dos eixos principais de discussão do Seminário, ou seja, o Estatuto da Cidade.

O Estatuto, no geral, foi bem aceito em todos os movimentos que a gente tem visto, não só nos Seminários, mas em todos os eventos. Ele é uma novidade, ele é um método novo, necessário, resultado do acúmulo do movimento e as pessoas se dedicam à conhecer, à absorver, à estudar e compreender que ele é uma ferramenta importante. Vamos ter que ver, na prática, se consegue, mas isso nós já temos experiência em Florianópolis, Lagoa, Campeche e foram vitoriosos. (FIGURA 9)

O Estatuto da Cidade (FAPESP, 2001)

É uma lei que cria regras para se organizar a cidade. O objetivo do Estatuto é que todos tenham uma vida de qualidade nas cidades, criou regras para garantir a função social da propriedade. Isso significa que o proprietário não pode mais fazer o que quiser nas suas terras e imóveis, ajuda a regularizar as áreas de ocupação ilegal.

O Estatuto da Cidade foi bem aceito sim, mas ainda falta muito para ser feito, porque as decisões políticas no Brasil são lentas mesmo e, quem sabe, com este novo governo do Lula, as coisas até melhoram. (FIGURA 10)

A argumentação desse sujeito retrata a expectativa de melhorias com a mudança de representantes governamentais e evidencia a importância de lutarmos pela ampliação do conhecimento do Estatuto da Cidade.

Acrescentando ao que disse Marshall, constataremos que em Santos (1997), a cidadania deve ser compreendida como sendo mais que um conjunto de direitos; cidadania é também a sensação de pertencer a uma comunidade, de participar de valores comuns, de uma história comum, de experiência comuns. Sem este sentimento de identidade coletiva como confere a língua, a religião, a história, não é possível a existência de Nações democráticas e modernas.

Muitas entidades da UFECO não sabem o que é o Estatuto da Cidade, o que representa o Estatuto da Cidade, o seu significado, a sua força... (FIGURA 9)

A divulgação e a informação sobre o Estatuto da Cidade transmitida a diferentes sujeitos sociais pode ser entendida como elemento propiciador de benefícios à sociedade, pois ajuda a fazer uma crítica:

...principalmente nas comunidades que estão sendo atingidas pelo Plano Diretor, o qual o IPUF, em conjunto com a Prefeitura e alguns vereadores, quer implantar no Sul da Ilha. Muitas pessoas não tinham idéia do que significa a Lei do Estatuto da Cidade e o que eles podem se beneficiar através dela.
(FIGURA 9)

Novamente percebemos, a partir da colocação seguinte, a importância que tem a desmistificação de leis como o Estatuto da Cidade para a mobilização popular em busca de seus direitos:

... a maioria das lideranças desconhece o Estatuto, por isso, que elas não estão ali, aguerridas, buscando seus direitos que estão na Lei. (FIGURA 9)

Peruzzo (1998, p. 37), coloca que

E assim os movimentos sociais populares, apesar de suas limitações, vão ocupando o seu lugar na sociedade, contribuindo para construir a cidadania. Trata-se de um processo que envolve a diversidade, porque nossa sociedade é pluralista demais para afunilar-se sob direção de uma única organização...

Como Sawaia (2001) nos esclarece, movimentos sociais são

Experiências históricas que nos ensinam que as estratégias participativas devem prever várias temporalidades, cujos extremos são o do “aqui-agora” e a do “sem tempo”, isto é, as propostas de participação devem alimentar bons encontros, com *profundidade emocional e continuidade no tempo, mas atuando no presente*, para evitar a responsabilidade abstrata do cidadão. ... O presente tem de ser olhado de forma capacitadora e a participação realizar-se por amor à liberdade e não por esperança de recompensa futura, sabendo que a prática de envolver-se e deixar-se envolver pelos encontro com outros corpos não tem hora nem espaços específicos. (p. 131)

Considera-se que as lideranças comunitárias obtiveram as informações necessárias sobre o Estatuto da Cidade através do Seminário e que é possível atingir outros objetivos a partir de então, porém, para tanto faz-se urgente o investimento na organização coletiva. Pois:

O Estatuto é um acúmulo teórico, jurídico, de relações da sociedade e conceitos de princípios, quer dizer, de igualdade social, de transformação desse país. É o resultado de várias teorias, mas eu acho que a aplicação tem algumas molas propulsoras. Em primeiro lugar, a necessidade de perceber que através dele é possível dar passos à frente. O segundo é o conhecimento. As lideranças dominaram o Estatuto. Vai ser um ponto importante. Outro ponto, que eu acho, é a organização coletiva e os espaços de assessoria, quer dizer, o bairro no seu canto. Tudo bem. O sujeito participa de um evento, onde têm propostas, todas, mas se ele não consegue ter uma organização coletiva que dê continuidade, que dê fortalecimento às organizações.... eu acho do

movimento comunitário que as Coordenações Regionais da UFECO, FAMESC e esse debate, e essa interação das academias vão afirmando os interesses, tornando-os mais claros, aos professores, aos profissionais, em geral. E a ida de vocês nas comunidades, bairros, voltam melhores. (FIGURA 10)

Quando perguntado sobre como deve ser aplicado o Estatuto da Cidade, o ator social, como podemos identificar em sua colocação, destaca a grandeza deste instrumento legal e até mesmo o alcance de alguns resultados. Fala sobre a limitação da população no que se refere ao acesso à legislação, porém, relata que a divulgação deste documento poderá ampliar o acesso e possibilitar uma discussão descentralizada entre comunidade e Poder Público.

O Estatuto da Cidade, como instrumento legal, é excelente, não há dúvida. Já estamos conseguindo alguns resultados, inclusive quando conseguimos breca a construção daquele hotel que ia ser feito na beira da Lagoa, foi um resultado de aplicação prática do Estatuto da Cidade. Eu tenho visto outras coisas próximas, mas no Sul da Ilha, também, isso aconteceu. Então, já esta havendo, mas são poucas as pessoas que conhecem e sabem como usar. Eu acredito que com a divulgação nós teremos um efeito muito grande que será o Administrador Municipal, Estadual ou Federal ter que participar e discutir com a comunidade aquilo que deve ser feito e esse dia vai chegar e vai ser bem melhor. (FIGURA 10)

Assim, o Estatuto da Cidade vai na direção do que diz Grimberg (1991, p. 7). Ele fala sobre a construção de um novo projeto de desenvolvimento urbano para resolver a questão do crescimento das cidades, seja pelo aspecto da legitimidade de diferentes culturas coexistirem num mesmo espaço de tempo, seja pela necessidade de respeitar os limites do meio-ambiente. O alastramento das cidades, atendendo centralmente a interesses privados, produz, a destruição de recursos em níveis que podem comprometer a satisfação das necessidades da sociedade presente e futura. Amplia-se a consciência coletiva de que as cidades estão estreitamente vinculadas ao ambiente natural circundante, em sua necessidade de matéria-prima, suprimento de água e alimentos. E que é preciso assegurar a preservação do meio rural, o que, por sua vez, viabiliza a produção de bens consumidos.

Essa lei a gente sabe que é difícil, mas através da UFECO iremos estar na cobrança e participando junto da comunidade, na busca por uma melhor qualidade de vida para todos. Inclusive, com a mudança que ocorreu nesta modernização e valorização dos terrenos, também, outros que vieram de fora, misturou com a nossa cultura dos manezinhos, enfim, como no caso do pedágio que foi construído, isso nós conseguimos embargar, mas nós iremos lutar e chegaremos lá. (FIGURA 10)

Pois, como expressa Grimberg (1991, p. 3), os rumos do desenvolvimento urbano têm sido alvo crescente da atenção dos órgãos governamentais, agências financiadoras, entidades da sociedade civil e especialistas de diversas áreas do conhecimento. Têm estimulado importantes articulações voltadas para uma gestão democrática das cidades, um planejamento urbano ético, o direito à cidadania, ou seja, condições de vida urbana dignas para todos os cidadãos. Eventos realizados recentemente apontam nesse sentido. O Fórum Internacional de Reforma Urbana e Meio Ambiente, que ocorreu durante o Fórum Global 92, representou um salto qualitativo na articulação internacional de uma rede de defesa da sustentabilidade urbana. Em outubro/novembro de 1992, esse Fórum deu continuidade aos trabalhos iniciados naquela ocasião, em reunião realizada na República Dominicana. As afirmações desse autor propõe uma política urbana para garantir à cidade uma gestão democrática e um desenvolvimento sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecemos que os elementos teórico-práticos, até então descritos, mereciam um desdobramento mais elaborado face ao potencial reflexivo que revelam. Ao relermos o conteúdo das entrevistas dos sujeitos sociais da UFECO, apresentadas no item 3.2.1, esse assinala as possibilidades de ir-se para além do caminho aqui traçado. Entretanto, fica suficientemente expresso que a UFECO constitui-se, na atualidade, em importante sujeito social para a concretização da vida associativa no município de Florianópolis. Na sua relação com o Fórum da Cidade demonstrou, em particular na realização dos Seminários Regionais, constituir-se em um sujeito social com uma prática política de “responsabilidade e de autocriatividade positiva, não destrutiva,... organizando ações coletivas, criadas em torno de identificação e propostas comuns” (SHERER-WARREN, 1999, pp. 14-6). Face aos resultados conquistados em cada Seminário e que, na atualidade, têm possibilitado orientar um debate e proposições sobre a cidade que queremos, a UFECO efetivamente traz a sua contribuição no delineamento dos rumos da vida associativa para que se consolide “a idéia de rede como conceito propositivo referenciando (...) uma estratégia de ação coletiva, uma nova forma de organização e de visão do processo de mudança social – que considera fundamental a participação cidadã – e da forma de organização dos atores sociais para conduzir esse processo”. (SHERER-WARREN, 1999, p. 24) Ainda, segundo Sherer-Warren (1993, p. 10), “a análise em termos de redes de movimentos implica buscar nas formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. Enfim, trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais interdependente,

intercomunicativo, no qual surge um número, cada vez maior, de movimentos de caráter transnacional, como os direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros”.

Face ao significado de redes sociais desenvolvido pela autora citada, fica evidente o protagonismo da UFECO, ao somar esforços com o Fórum da cidade e o NESSOP/UFSC, na articulação e na visibilização das agendas e das lutas sociais locais de mais de 150 organizações sócio-comunitárias existente no município de Florianópolis. Um momento de síntese fundamental que qualificou estes esforços, foi a realização do II Fórum da Cidade, trazendo ao debate o tema: “Construindo movimentos visando uma gestão democrática e um Plano Diretor participativo e sustentável para Florianópolis” (Folder Anexo 3), com aproximadamente 450 participantes, muitos dos quais vinculados às 100 organizações sócio-comunitárias presentes no evento. A UFECO – Gestão 2001-2003, ao buscar viabilizar sua proposta de ação, incorpora no cotidiano da sua prática, que se quer democrática e participativa, a interdependência, procedimento e atitude política necessária face às possibilidades e complexidades da questão social que permeia e que constitui as contradições da vida cidadã contemporânea profundamente marcada pelos processos de inclusão/exclusão sociais.

A relação da UFECO com o Fórum da Cidade, nos limites do presente estudo, visibiliza, também, um certo retraimento, uma certa fragilidade na sustentação da sua capacidade mobilizadora e de atuação em rede na disseminação de uma reflexão crítica sobre as carências urbanas à luz do Estatuto da Cidade. Para um enfrentamento dessas questões, deve seguir permanentemente investindo, junto às Vice-Regionais que a configuram, em processos político-organizativos identificados com a democracia e a participação direta, tais como: assembleias comunitárias, reuniões ampliadas, seminários, formação sócio-política e encontros com outros segmentos organizados da cidade (ecologistas, étnicos, culturais,

sindicatos e partidos). Acreditamos serem estes, instrumentais que sistematizam e qualificam sócio-politicamente a vida comunitária e particular, aquela que luta por direitos sociais via ações coletivas, que expõem seus conflitos de idéias e de propostas para avançar com cooperação, superando ações fragmentadas e localistas.

Face à esse cenário, revela-se um espaço sócio-ocupacional para o profissional de Serviço Social capaz de contribuir na constituição de processos político-organizativos junto ao associativismo civil com autonomia, consciência crítica, combatividade e legitimidade frente às outras formas de expressão de poder sócio-político.

Particularmente, no que se refere à relação UFECO e Fórum da Cidade, acumulamos uma significativa experiência como Assistente Social em formação, no contexto do Projeto “II Fórum da Cidade: o Serviço Social na construção da participação sócio-comunitária-popular”. As ações de assessoria desenvolvidas, conquistaram concretude a cada contato, a cada reunião, a cada registro escritural ou em imagem, a cada saída à campo, vivenciamos uma forma de aprendizagem do exercício profissional muito significativa, no que se refere ao que diz Yamamoto (1998, p. 79) quando chama de “educador político; um educador comprometido com a política democrática”.

Nos ensina ainda que *“se busca é construir uma cultura pública democrática, em que a sociedade tenha um papel questionador, propositivo, por meio do qual se possa partilhar poder e dividir responsabilidades. O Assistente Social é tido como o profissional da participação, entendida como partilhamento de decisões de poder. Pode impulsionar formas democráticas na gestão de políticas e programas, socializar informações, alargar os canais que dão voz e poder decisório à sociedade civil, permitindo ampliar sua possibilidade de ingerência na coisa pública”*.

É nesse sentido que se direciona a prática do Serviço Social junto às organizações sócio-comunitárias de Florianópolis, sabendo ser este um caminho longo, com avanços e retrocessos.

REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo. Modelos de Sociedade civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro. In: **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação – política de base e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Impery \ Vértice, 1987.
- COHEN, Jean; ARATO, Andrés. Sociedade Civil e teoria política. In: **Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. (Coleção Primeiros Passos) São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1984.
- DJENSZAJH, Raquel Raichlis – In Caderno de Capacitação – CFESS – Capacitação em Serviço Social e Política Social – Módulo 3
- EHLER, Carla Janaína. **Projeto Experiência em Cena III: a inovação teórico-metodológica do Serviço Social**. Florianópolis: 2002.
- FANTIN, Maristela. **Construindo Cidadania e Dignidade**. Florianópolis: Insular, 1997.
- FAPESP – Instituto Lincon. PÒLIS – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. **Conheça o Estatuto da Cidade**. São Paulo: PUC Campinas, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. Associações e Mutirões Comunitários – formas de organização popular. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano IX, Abril de 1998.
- _____. **Movimentos Sociais e a Luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- GRIMBERG, Elizabeth (Org.). O futuro das cidades. **PÒLIS**, nº 16, 1994.
- Fórum da Cidade. **Documento Final do I Fórum da Cidade**. Florianópolis, outubro de 2001.
- _____. **Relatório dos Seminários Regionais**. Florianópolis, 2003.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5^a ed. São Paulo: Cortez, 2001. 326p.
- LANDIM, Leilah. **Para além do mercado e do Estado – Filantropia e Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

LUCHMANN, Lígia Helena. **Cotidiano e Democracia na Organização da UFECO**. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política). Florianópolis: UFSC, 1991.

MARSALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP. **II Fórum da Cidade – O Serviço Social e a Construção da Participação Sócio-Popular-Comunitária**. (Projeto de Extensão) Florianópolis, 2002.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa Social: Introdução à suas Técnicas**. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

PERUZZO, Cecília Kordhging. **Comunicação nos Movimentos Populares**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 329p.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SOUZA, Albertina. Editorial Ufeco Informa. **Informativo da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias**. Florianópolis, julho de 2002.

SAWAIA, Bader. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, Marcos (coord.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. pp. 115-134.

SCHERER–WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. Associativismo civil em Florianópolis: evolução e tendências. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Ed.UFSC, outubro de 1999.

_____. **Cidadania sem fronteiras; ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999)

_____. Movimentos sociais e participação. In: SORRENTINO, Marcos (coord.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. pp. 41-56.

SHERER-WARREN, Ilse; ROSSIAUD, Jean. **Democratização em Florianópolis: Resgatando a memória dos movimentos sociais**. Itajaí: Editora da UNIVALI; Florianópolis: Diálogo, 1999. 336p.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e Política Social**. São Paulo: Autores Associados, 1992.

WALZER, Michael. **Ensaio sobre desobediência, guerra e cidadania das obrigações políticas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

ANEXOS

ANEXO A – Boletim Informativo da UFECO

UFECO INFORMA

Julho/2002

União Florianopolitana de Entidades Comunitárias

Editorial

A União Florianopolitana de Entidades Comunitárias foi fundada em 1987. Nesses 15 anos não demonstrou compromissos com a população. O que era para ser uma entidade que reunisse as lutas, acabou virando espaço para uns poucos fazerem carreira política. Por fim, atrelada ao poder público, terminou jogando por terra as possibilidades de uma luta autônoma. Só que, mesmo quando a Ufeco não cumpria com sua missão, havia gente que se preocupava e trabalhava para que chegasse o dia em que a Ufeco fosse verdadeiro espaço de organização e de união das lutas dos bairros.

Finalmente esse dia chegou. No final de 2001, a chapa Ufeco Viva conseguiu ganhar as eleições e a partir de então começou a mudar. O pessoal que agora faz parte da diretoria da entidade está resgatando, lentamente, o respeito e a dignidade que a Ufeco sempre deveria ter tido. O trabalho de re-organização é demorado e difícil, mas as coisas vão caminhando bem. A primeira coisa que a nova diretoria fez, foi um planejamento, no qual foram escolhidas as prioridades e os caminhos de luta. *Chega de ligações perigosas com o poder. A ligação agora, vai ser com as organizações comunitárias.* A entidade vai assumir seu papel de articuladora das lutas, fazendo com que o poder municipal encare com mais respeito os desejos das comunidades. Hoje, na capital, muitas batalhas estão sendo travadas com a prefeitura, mas são lutas meio isoladas. A Ufeco quer fazer com que a reivindicação de um bairro ou de uma comunidade possa ser assumida por toda a cidade, fazendo valer, de vez, a solidariedade e a união. Esse é o compromisso da Ufeco Viva.

Albertina de Souza

Planejamento define prioridades

Em três reuniões, a diretoria elaborou seu plano de prioridades da gestão. A principal é resgatar a credibilidade perdida, democratizando as ações, conversando com as associações filiadas e aprofundando a discussão sobre os objetivos da entidade. A Ufeco vai fazer um levantamento da realidade dos Conselhos Municipais de Direito, como de Transportes, Educação, Saúde, Meio-Ambiente, Infância e Adolescência e outros. O objetivo é conhecer a legislação, chamar assembléia para eleger os conselheiros do movimento comunitário e garantir que defendam políticas públicas sintonizadas com os anseios das comunidades.

Também está nos planos iniciar um trabalho de formação de lideranças, qualificando os dirigentes para as tarefas que lhes foram atribuídas, reformulação dos estatutos, obtenção de uma sede para a entidade, fortalecimento das regionais, envolvendo os Coordenadores Regionais e participando mais ativamente das lutas nas regiões. Deverá ser desenvolvida uma política de comunicação que permita uma relação mais próxima com as entidades filiadas e com a sociedade em geral. Também se buscará assessoria de profissionais voluntários comprometidos com as lutas populares. A Ufeco também busca parcerias com as universidades, sindicatos e órgãos públicos, visando sempre o fortalecimento das lutas comunitárias. A participação na FAMESC também foi tida como fundamental, não só para fortalecer a

federação como a própria Ufeco. A participação e o compromisso com a organização dos seminários regionais do Fórum da Cidade é um dos pontos prioritários.

As metas estão aí e vão ser cumpridas. Mas, para isso, é preciso que todas as entidades comunitárias participem. A luta não vai ser fácil e as coisas não vão acontecer de uma hora para outra. Devagar, mas com bastante determinação, a Ufeco vai caminhar rumo a um tempo novo, que todos, juntos, construirão.

A cidade está em luta

Quem pensa que a população de Florianópolis está estática diante da política de destruição implementada pelo governo de Ângela Amin está muito enganado. No “intestino” da cidade as lutas estão acontecendo e as comunidades se mobilizam. No sul da ilha, o Movimento SOS Esgoto faz suas reivindicações e vai conseguindo vitórias como a contratação de um projeto de esgoto para toda a região. A planície do Campeche foi pra luta e elaborou com muita participação um Plano Diretor para a região. Melhorar a qualidade de vida, como em todos os bairros, é o objetivo. Na Tapera, mais de cinco mil famílias exigem urbanização. A bacia da Lagoa, reunida no Fórum das Entidades Comunitárias na luta por melhorias ambientais e urbanas. O norte da ilha se põem em marcha contra o pedágio e briga por um plano diretor. Em Santo Antônio de Lisboa o Movimento Sol Poente se faz ouvir. No Saco Grande, a comunidade quer melhoria nos bairros e preservação do mangue. Na região do Itacorubi, a Unicob é a prova das lutas permanentes. As comunidades do maciço do Morro da Cruz se mobilizando por educação, segurança e qualidade ambiental. No continente briga-se contra o projeto de lei dos 18 andares, por saneamento, segurança, moradia e urbanização. Enfim, em cada canto da cidade, onde as políticas públicas não atendem aos desejos da população, alguém está dizendo não e apresentando propostas. A Ufeco, que deve simbolizar a união das entidades comunitárias, agora está assumindo o seu papel de aglutinadora das lutas. Pretende estar em cada uma dessas batalhas – os componentes da atual gestão já vinham participando dessas mobilizações – fazendo com que a cidade saiba o que cada bairro ou comunidade está querendo. E, nessa articulação, a Ufeco vai fazer com que o poder público reconheça sua força, resgatando a credibilidade.

Filiação à UFECO

Se a sua entidade ainda não se filiou à União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, agora é hora de fazê-lo. Na gestão UFECO VIVA o compromisso é fortalecer as entidades, formar lideranças e fortalecer as lutas.

Fórum da Cidade

Um dos compromissos mais importantes da Ufeco está sendo a organização dos Seminários Regionais do Fórum da Cidade. Em cada uma das 6 regiões da cidade reuniões preparatórias estão dando organicidade ao trabalho. O objetivo é conhecer as necessidades, estudar a lei do Estatuto da Cidade, definir estratégias de ação e as responsabilidades de cada uma das entidades e movimentos que participam desse esforço. É a luta comunitária organizada e articulada que vai garantir as conquistas há muito esperadas pela população. O Fórum da Cidade é uma porta aberta a todos os grupos e entidades que se organizam nos bairros por melhor qualidade de vida. É entrar e unidos fazer valer aquilo que se quer.

As regiões estão convocando:

Bacia da Lagoa – dia 20/8 – 18:30h – na SAL

Sul da Ilha – 24/8 – 14h – CC Fazenda Rio Tavares

Norte da Ilha – 23/8 – 19h CTAI (Senai-S. Grande)

Continente Sul – 21/8 – 18:30 – CEFID-UDESC.

As regiões Itacorubi/maciço do Morro da Cruz/Centro e Continente Norte marcarão as datas nos próximos dias

A diretoria.

Estas são as pessoas que fazem parte da nova Ufeco, gestão 2002/2003. É gente de luta, que não se vende ao governo nem busca poder. É gente que quer construir, com você, um novo tempo em Florianópolis. Faça contato para conhecermos melhor a experiência da sua entidade e as propostas do seu bairro.

Presidente:	Albertina da Silva de Souza	234 3685r 9980-9075
Vice-Presidente:	Ézio Darós	249 5298r 249-5358c 9951 6456
Secretário Geral:	Carlos Guilherme R. Santos	236 1292r 231 3856c 9961 5678

Apesar da Prefeitura, começam debates sobre o Sistema Integrado de Transporte Coletivo:

Dia 30/7 – 19h – Sind. Bancários;

Dia 8/8 – 17:30 – Plenário da Câmara de Vereadores.

Participe!

1º Secretário: Modesto Severino de Azevedo

Tesoureiro:	Elci Francisco Manoel	228 3129r 9105 9891
1º Tesoureiro:	Inélio Mário Lazarotto	224 0352r 229 4334c
Dir. Comunicação:	Maurício Giraldi	269 8873r 239 8828c
Dir. Esportes:	Antônio Luiz Vilela	223 5535r 9997 1237
Dir. Social:	Janete Jeraci Vieira	232 7015r

Coordenadores Regionais

Continente I:	Luiz Rodrigues Souto	248 7652r
Continente II:	Jair Alves	240 9603r
Urbana Ilha I:	Argeu A. Goulart	333 4061r 9117 8563
Urbana Ilha II:	Hudson Queirós	238 2524c 9903 6313
Ilha Norte:	José Thomaz Pereira	282 1369r 9980 2308

Ilha Leste:	Sérgio Murad	232 8124r
Ilha Sul:	José Carlos Bento	226 1030r 231-6155c 9982 8201

Conselho Fiscal - Titulares

Teodoro José da Silva 238 0265r
Teco/João Ferreira de Souza 223 5991r 9101 8954
Samuel Ramos da Silva 284 2038r

Suplentes

Gilson Pinheiro Amaral 235 2198r 224 6744 R212
Murilo Silva 228 2914r 221 2573c 9992 5903
Sidnei Olimpio da Silveira 232 8543r 9992 9245

Este Boletim foi elaborado com a contribuição da jornalista Elaine Tavares e de Paulo Ruver, secretário geral da FAMESC – Federação das Associações de Moradores do Estado de SC.

ANEXO B - Registro das reuniões e atividades de planejamento da UFECO

REGISTRO DAS REUNIÕES DE PLANEJAMENTO DA UFECO
10 E 21 DE MAIO E 18 DE JUNHO DE 2002

NOME	COMUNIDADE	HISTÓRIA PESSOAL NO M.C.	EXPECTATIVAS COM RELAÇÃO À UFECO	SITUAÇÃO DA SUA ORGANIZAÇÃO: AVANÇOS E DIFICULDADES
Vilela	Morro do Tico-Tico	Luta por sede, melhoramentos urbanos, creche. É o presidente	Que possa representar um bom trabalho junto à comunidade	Há união entre diretoria e comunidade. Conseguiram lixeiras, professores voluntários...
Modesto Azevedo	Tapera	Início há 20 anos na luta pela sobrevivência em SP, onde coordenou construção de habitações em mutirão. Veio a Fpolis em função de dificuldades em SP.	Deseja ver a UFECO reconhecida na cidade e que possa representar associações e população	Na sua comunidade conseguiu restabelecer credibilidade do CC. Falta meio de comunicação e recursos na comunidade
Argeu	Morro Penitenciária	Veio de Campo Belo do Sul com toda a família para o morro. Necessidades geraram organização e papel de liderança	Espera da UFECO que seja representativa	Acentua a falta de tempo e condições pessoais e das entidades
P. Ruver	Morro do Tico-Tico	Nascido no RS, infância e juventude no oeste catarinense. Em Fpolis participou movimento estudantil, sindical e comunitário	Concretizar transformações buscadas ao longo de anos de oposição	Situação geral do movimento
Elci	Morro do Céu	Início militância em 95, motivado a conquistar pavimentação. Coordenou a reativação da entidade e construção da sede	Resgatar credibilidade da UFECO	Avanço: conquista da principal reivindicação. Dificuldade: falta de participação

Sérgio Murad	Lagoa da Conceição	Origem em SP. Situação da Lagoa com poluição. Amola, Comitê Gerenciamento, etc.	Transparência, portavoz das entidades. De luta e flexível.	Comitê de Gerenciamento. Saneamento básico.
Luiz Souto	Condomínio Argus	Grande condomínio – Drogas – Tentar mudar – Dívida	Melhorar comunicação Ufeco x entidades	Positivo: Cursos Negativo: drogas e pouca participação
Maria Rita	Alto Ribeirão	2 anos na comunidade. Juntou-se a grupo que lutava por melhorias no loteamento.	No Fórum da Cidade conheceu UFECO, que agora espera seja o elo de organização que comunidades precisam	É presidente. Fortalecer organização e superar pouca participação.
Thomaz	Jurerê	Participação em diversas lutas da comunidade. É ex-Presidente	Trabalho conjunto com comunidades e órgãos públicos para obter reivindicações	Atual gestão está inativa
Albertira/Tina	Pantanal	Necessidade de filhos estudar na escola pública. Luta particular e coletiva por educação. Orçamento participativo	Elo de ligação e luta entre comunidades	Conheceu a UFECO de gabinetes, marionete do poder e manipulação das comunidades. Possibilidade de fazer trabalho real.
Teodoro	Saco Grande/Barreira do Janga	Há quatro anos entrou na luta para organizar e batalhar por água	Que Ufeco seja elo de ligação entre comunidades	Que comunidade tenha maior participação

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO**Cidadania****Melhoria da qualidade de vida na cidade****Resolução de problemas****Atenta aos problemas da cidade**

Conceito de Objetivo de Desenvolvimento:

Olhando para o futuro, definir o sentido de existência da UFECO de forma compartilhada:

- *Onde queremos chegar?*
- *O que queremos transformar?*
- *Qual é o sonho?*
- *Causas e Valores*

Questões levantadas pelo grupo, mas que precisam ser aprofundadas em discussões futuras:

- O que é Cidadania?
- Gestão democrática das entidades
 - O que é qualidade de vida?

Objetivo Imediato para 2002/2003

Explicar didaticamente de que forma chegaremos no objetivo de desenvolvimento (como contribuir para chegar no sonho?):

- *O que fazer?*
- *Para que?*
- *Através do que?*
- *Para quem?*
- *Aonde?*
- *Até quando?*

Ponte entre poder público e comunidade
Representação das comunidades
Junção das forças
Ufeco aglutinadora e mobilizadora

Questões levantadas pelo grupo durante a discussão:

- Democracia: construir nas bases
- Democracia: somatório das idéias
 - Participação nos conselhos
 - Participação ativa;
- Comunicação com as comunidades

UFECO – Planejamento realizado nos dias 10 e 21 de maio e 18 de junho de 2002

<i>Metas</i>	<i>Atividades</i>	AÇÕES	RESPONSÁVEIS
1-Credibilidade resgatada	1.1-Reuniões sistemáticas da Diretoria		
	1.2-Comunicações decisões e ações		
	1.3-Definir uma política de filiação		
	1.4-Aprofundar discussão dos objetivos UFECO		
2 - Políticas Públicas sintonizadas com as posições das comunidades	2.1-Diagnóstico dos Conselhos em que a Ufeco tem representatividade		
	2.2-Definir conselheiro em assembléia	2.2.1 - Conhecer posição dos conselheiros	
		2.2.2 - Definir temas a serem debatidos	
		2.2.3 - Montar cronograma de reuniões temáticas	
2.3-Contribuir com a organização do Fórum Regional da Cidade			
3 - Lideranças qualificadas	3.1 – Formação em áreas específicas e cidadania	3.1.1 - Regionalizar as ações de formação	
	3.2 – Elaborar propostas a partir de reuniões temáticas abertas	3.2.1 - Estabelecer parcerias com universidades, Sesc, Senai, etc	
		3.2.2 - Seminários, cursos, etc	
3.3 – Sensibilizar lideranças para formação			
4 - Estatuto reformulado	4.1 – Incorporar novas leis	4.1.1 - Montar comissão para elaborar proposta	4.1.1.1 - Comissão:

		4.1.2 – Sistematizar proposta enviadas por todos	Comissão: Modesto, Ruver
	4.2 – Debate e formulação de instrumentos democráticos de gestão a serem incluídos no estatuto	4.2.1. - Fazer pesquisa sobre os instrumentos já utilizados	
	4.3. – Apresentar em assembléia a proposta elaborada		
5 - Sede adquirida	5.1 – Estabelecer parceria com ONGs ou Associação Comunitária para cedência de uma sala e endereço	5.1.1 - Fazer levantamento sobre possíveis lutas	
6 – Regionais fortalecidas	6.1 – Estabelecer relação com as entidades	6.1.1 - Visitar as entidades	
		6.1.2 - Definir pauta da visita	
	6.2 – Envolver os coordenadores regionais	6.2.1 - Estabelecer cronograma de reuniões	
		6.2.2 - Enviar correspondência para convocação	
		6.2.3 - Enviar Planejamento e apresentá-lo em reunião	
		6.2.4 - Estabelecer contato pessoais	
	6.3 – Participação nas lutas regionais	6.3.1 - Fazer levantamento das lutas existentes	
6.3.2 - Discutir em reunião as formas de apoio			

		6.3.3 - Participar das discussões organizadas pelas comunidades	
7 - Política de comunicação desenvolvida	7.1 – Ocupar espaço na imprensa	7.1.1 – Solicitar espaço à TV Floripa e TVCOM	7.2.1.1 – Comissão: Sérgio Murad, Modesto, Ruver
		7.1.2 - Articular com rádios e jornais comunitários	
		7.1.3 - Escrever matérias para jornais	
	7.2 – Realizar boletim informativo bimestral	7.2.1 - Montar uma comissão de comunicação	
		7.2.2 – Definir formas permanente de sustentação	
		7.2.3 - Definir processo de distribuição	
7.3 – Fazer articulação com as rádios e jornais comunitárias			
8 - Assessorias disponíveis	8.1 – Organizar lista de apoiadores: profissionais da UFSC através do Fórum da Cidade, OAB, jornalistas, CRC, etc.	8.1.1 – Orientar associações para articular profissionais moradores dos bairros	
		8.1.2 – Elaborar e apresentar projetos a assessores	
9 - Sustentação econômica da Ufeco	9.1 – Fazer estudo, definir critérios e conhecer alternativas.		
	9.2 – Fazer projeto financeiro e apresentar a setores da sociedade		
	9.3 – Realizar festas, jantares, bingos, etc	9.3.1 - Levantar informações sobre bingo eletrônico	
		9.3.2 – Realizar reunião para decisão e encaminhamento	

		9.3.3 – Diretores se envolverem na organização e busca de brindes	
	9.4 – Obter subvenções públicas	9.4.1 – Montar plano de aplicação de subvenção	
	9.5 - A longo prazo contribuição de filiadas		
	9.6 – Promover amplo debate entre entidades e população		
	9.7 – Tomar decisões em assembléia		
10 - UFECO articular com organizações da sociedade	10.1 – Buscar parceria de universidades, sindicatos e órgãos públicos		
	10.2 – Conhecer organizações da cidade, pesquisar e cadastrar para ações oportunas		
	10.3 – Participar e assumir lutas do Fórum da Cidade		
11 - FAMESC fortalecida	11.1 – Participar, apoiar e fortalecer o trabalho da Federação		
	11.2 – UFECO participar das ações da FAMESC		
	11.3 – FAMESC participar das ações da UFECO		
	11.4 – Encontro regional da Grande Fpolis		

ANEXO C- Folder dos convites dos Seminários Regionais, realizados de 20 à 31 de agosto de 2002

CONVITE

SEMINÁRIO DA REGIÃO DO CONTINENTE I

O Fórum da Cidade, a UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias) e o NESSOP (Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular) da UFSC, convidam esta entidade para discutir a Lei Federal do ESTATUTO DA CIDADE e diagnosticar as prioridades regionais.

OBJETIVOS:

- ⇒ Incentivar a participação dos moradores no planejamento urbano;
- ⇒ Divulgar e discutir o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257), que regulamenta e estabelece diretrizes básicas da política urbana (uso e posse das terras urbanas, moradia, saneamento, transporte, serviços públicos, o direito de participação na política urbana e na preservação ambiental);
- ⇒ Identificar as prioridades regionais;
- ⇒ Incentivar a articulação entre todas as entidades da região;
- ⇒ Estimular a participação das entidades no Fórum da Cidade.

PARTICIPANTES

⇒ Todas as lideranças representativas e comunidade em geral da região, que se interessam pela construção da cidade que queremos.

PROGRAMAÇÃO

- ⇒ 18:30 - Inscrições
- ⇒ 19:00 - Abertura
- ⇒ Apresentação
 - 19:10 - UFECO (Tina)
 - 19:20 - Fórum da Cidade /
- ⇒ Estatuto da Cidade (Carlos)
- ⇒ 20:00 - Dr. Paulo (juiz)
- ⇒ 20:15 - Intervalo
- ⇒ 20:30 - Subgrupos de discussão
- ⇒ 21:00 - Relato das Conclusões dos Subgrupos (encaminhamentos)
- ⇒ 22:00 - Encerramento

LOCAL

UDESC: Centro de Treinamento de Educação Física - CEFID
Rua Pascoal Simoni, 358 -
Coqueiros
DATA
21 de agosto de 2002

ENCAMINHAMENTOS POSTERIORES

⇒ Elaborar um relatório dos encontros comunitários para unificação das prioridades de cada região, visando uma pauta comum de reivindicações;

⇒ Apresentar o Relatório após o Seminário Regional às entidades, visando montar um histórico de lutas.

CONTATOS

⇒ NESSOP/UFSC - Raquel Marcia Matos (19:00 às 22:00)
Fone: 331-9453

⇒ UFECO - Sr. Souto (Continente 1)

Fone: 248.7652

ANEXO D - Folder do II Fórum da Cidade, realizado de 4 e 5 de julho de 2003

II FORUM da CIDADE

**"Construindo movimentos
visando uma gestão
democrática e um Plano
Diretor participativo e
sustentável para Florianópolis"**



Data: 4 e 5 de julho

Local: Assembléia Legislativa

**Promoção
Fórum da Cidade de
Florianópolis**

ANEXO E- Estatuto da Ufeco

ESTATUTO

PROPOSTA DA COMISSÃO DE ESTATUTO – 29/04/2003

Souto – Elci – Paulo – Thomaz – Zé Carlos

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º A União Florianopolitana das Entidades Comunitárias – UFECO, pessoa jurídica de direito privado, de caráter associativo, sem fins lucrativos, com sede e foro em Florianópolis/SC, fundada em 14 de fevereiro de 1987, com prazo de duração indeterminado, é órgão de representação das entidades comunitárias representativas dos moradores dos bairros do município de Florianópolis.

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS E FINALIDADES

Art. 2º São princípios da UFECO:

I – autonomia e independência com relação a credos religiosos, a partidos políticos, ao poder público e a organizações privadas;

II – a democracia como regra básica de funcionamento;

III – liberdade na defesa de idéias ou propostas e unidade na execução das decisões da Entidade;

IV – lutar contra todas as formas discriminação, de dominação, alienação e desrespeito aos direitos humanos e sociais;

V – promover a organização dos moradores a partir de suas reivindicações e interesses, estimulando a participação dos interessados.

Art. 3º A UFECO tem como finalidade principal lutar pelas reivindicações da população, reunindo e congregando as entidades comunitárias representativas dos moradores dos bairros e outros núcleos habitacionais do município de Florianópolis, motivando-as a participar da conquista de melhores condições de vida, e como finalidades específicas:

I – lutar pelas reivindicações das filiadas, democraticamente aprovadas;

II – representar as entidades filiadas junto ao Poderes Público e, junto às pessoas jurídicas de direito privado sempre que solicitado;

III – promover o fortalecimento da organização do movimento comunitário em Florianópolis, a conscientização e mobilização da população;

IV – apoiar as entidades filiadas nas suas necessidades e na realização de seus projetos;

V – promover atividades e pesquisas que contribuam para melhor conhecimento da realidade;

VI – conhecer e estimular formas solidárias de produção, que valorizem as potencialidades locais;

VII - promover a defesa do meio ambiente, dos consumidores e dos direitos urbanos da população, por meio de ações judiciais ou extrajudiciais;

VIII - buscar a democratização do Poder Público, a elaboração e a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população;

IX - articular com outras entidades comunitárias e movimentos populares a unificação das lutas;

X - celebrar convênios e contratos com entidades públicas e privadas visando à consecução dos objetivos da UFECO.

Art. 4º É vedado à UFECO praticar atividade político-partidária e acolher proselitismo.

CAPÍTULO III

FILIADAS

Art. 5º Pode filiar-se à UFECO a entidade comunitária representativa dos moradores de bairros e núcleos habitacionais do município de Florianópolis, legalmente constituída como pessoa jurídica e em pleno gozo de seus direitos legais há mais de 90 (noventa) dias.

Art. 6º A qualidade de filiada é adquirida mediante a entrega à Secretaria Geral de requerimento acompanhado dos documentos necessários (estatutos, registro do estatuto em cartório há mais de 90 dias, CNPJ/MF, ata da eleição da Diretoria com mandato em vigor e endereço para correspondência) e aprovação pela Diretoria Executiva que para isso analisará os objetivos e a constituição da entidade;

§ 1º A Diretoria deliberará sobre as novas filiadas na reunião subsequente ao recebimento do requerimento.

§ 2º No caso de filiação até 30 (trinta) dias antes do pleito eleitoral deverá fazê-lo em 10 (dez) dias.

§ 3º Havendo irregularidade nos documentos apresentados para filiação, a interessada, para exercer o voto nas eleições, terá de suprir a lacuna até 17 (dezessete) dias antes do pleito.

Art. 7º As filiadas classificam-se em:

I - Fundadoras: todas as entidades comunitárias que participaram do 1º Congresso de Entidades Comunitárias de Florianópolis, realizado em 14 (quatorze) de fevereiro de 1987;

II - Efetivas: todas as entidades comunitárias que se filiarem nos termos deste Estatuto.

Art. 8º As filiadas não respondem subsidiariamente pelas obrigações da UFECO.

Art. 9º São direitos da filiada:

I - participar das atividades desenvolvidas pela UFECO;

II - ter seus representantes nas instâncias superiores, com direito de votar e ser votados;

III - propor aos diversos órgãos da UFECO, medidas que julgue de interesse comunitário;

IV - recorrer das decisões às instâncias superiores;

V - ter acesso às atas e contas da UFECO, desde que requerido por escrito;

VI - requerer a convocação extraordinária da Assembléia Geral da UFECO, conforme o art. 18 deste Estatuto;

VII - desfiliar-se.

Parágrafo único. Não havendo decisão diversa da Assembléia Geral, ficam suspensos os direitos da entidade em débito com suas obrigações.

Art. 10. São deveres da filiada:

I - respeitar e fazer cumprir o presente Estatuto, bem como não prejudicar, direta ou indiretamente, os princípios e finalidades da UFECO;

II - respeitar os membros da Entidade, colaborando quando solicitado;

- III – comparecer, por seus representantes, às reuniões da Entidade;
- IV – contribuir para que sejam desempenhados, com dedicação e honestidade, os cargos para os quais seus representantes forem eleitos;
- V – satisfazer pontualmente as obrigações financeiras para com a UFECO;
- VI – comunicar as alterações na composição de seus órgãos dirigentes e as mudanças de endereço.

Art. 11. Perde a condição de filiada a entidade que:

- I – deixar de realizar eleições democráticas de seus órgãos dirigentes;
- II – não participar de atividade da UFECO durante 5 (cinco) anos consecutivos;
- III – não pagar a contribuição financeira à UFECO por mais dois anos ou mais.

Parágrafo único. Quando uma filiada encontra-se sem diretoria eleita, o direito de voto em assembléia ou eleição da UFECO poderá ser exercido por meio de delegados eleitos pela assembléia geral da filiada, registrada em ata com assinatura dos presentes. Da convocação desta assembléia a Diretoria da UFECO deverá ser comunicada em tempo hábil para que possa acompanhar sua realização.

Art. 12. A filiada que deixar de pertencer ao quadro de sócios não poderá reclamar restituição de qualquer contribuição que lhe tenha feito.

CAPÍTULO IV ÓRGÃOS CONSTITUTIVOS

Art. 13. São órgãos da UFECO:

- I – Assembléia Geral;
- II – Diretoria Executiva;
- III – Conselho Fiscal;
- IV – Comissões de Trabalho.

Art. 14 Nas reuniões das instâncias da UFECO, é assegurado o direito à palavra a qualquer associado de filiada, podendo para tanto ser solicitado o credenciamento como representante.

Art. 15. Das decisões tomadas pelas instâncias da UFECO cabe recurso à instância superior, sem prejuízo das mobilizações e calendários de lutas (ver, p. ex com bancários).

Parágrafo único. Os recursos das decisões das Comissões de Trabalho serão dirigidas diretamente à Diretoria e as das decisões do Conselho Fiscal à Assembléia Geral.

SEÇÃO I ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 16. A Assembléia Geral é órgão soberano e instância máxima da UFECO.

Parágrafo único. Nas votações da Assembléia Geral cada filiada será representada por 3 (três) pessoas-votos;

Art. 17. As Assembléias Gerais serão ordinárias e extraordinárias.

§ 1º A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente no mês de abril de cada ano.

§ 2º A Assembléia Geral extraordinária poderá ser convocada pela Diretoria Executiva ou por um quinto das entidades filiadas.

Art. 18. A Assembléa Geral deverá ser convocada com 30 (trinta) dias de antecedência, por meio da publicação de edital, indicando local, horário e pauta, em jornal de grande circulação no município e comunicação direta com as filiadas, por ofício.

Art. 19. A mesa coordenadora da Assembléa Geral será composta pelo Presidente da UFECO e dois secretários.

Parágrafo único. A Assembléa Geral convocada por um quinto das filiadas será coordenada por pessoas escolhidas pelas convocantes.

Art. 20. A Assembléa Geral funcionará em primeira convocação com a presença de metade mais uma das filiadas, e em segunda convocação, meia hora após, com qualquer número de presentes.

Art. 21. Compete à Assembléa Geral:

I – eleger a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;

II – debater amplamente os problemas comunitários, sem limitação de espécie alguma, observadas as regras estatutárias, o Regimento Interno e as leis vigentes;

III – propor soluções para os problemas comunitários junto ao Poder Público;

IV – apresentar moções, votos de louvor e de repúdio;

V – escolher representantes das entidades comunitárias para integrar os Conselhos de Direito;

VI – decidir sobre contribuições financeiras das filiadas;

VII – aprovar as contas da Entidade;

VIII – destituir dirigentes;

IX – apreciar em grau de recurso e em última instância os casos que lhe forem submetidos;

X – reformar o Estatuto.

Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem os incisos VII e IX é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembléa convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em segunda convocação, com menos de um terço das filiadas (parágrafo único do art. 59 do Código Civil).

SEÇÃO II

DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 22. A Diretoria Executiva da UFECO compõe-se de:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – Secretário Geral;

IV – 1º Secretário;

V – Tesoureiro;

VI – 1º Tesoureiro;

VII – Diretor de Comunicação; *

VIII – Diretor de Cultura e de Lazer;

IX – Coordenador Continente I;

X – Coordenador Continente II;

XI – Coordenador Maciço;

XII – Coordenador Bacia Itacorubi;

XIII – Coordenador Ilha Leste;

XIV – Coordenador Norte I;

XV – Coordenador Norte II;

XVI – Coordenador Sul I;

XVII – Coordenador Sul II.

Art. 23. Compete à Diretoria Executiva:

I – executar as deliberações da Assembléia Geral;

II – cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, por ação coletiva e individual de cada diretor;

III – reunir-se mensalmente e sempre que convocada;

IV – prover as necessidades da Entidade;

V – gerir as finanças e administrar o patrimônio, prestando contas anualmente e ao final do mandato;

VI – elaborar e propor planos de ação;

VII – organizar anualmente a Assembléia Geral, a fim de estudar e debater os problemas sócio-comunitários dos bairros e núcleos habitacionais do município de Florianópolis e assuntos de interesse;

VIII – criar Comissões de Trabalho necessárias ao cumprimento das finalidades da UFECO, definindo seus objetivos, prazos de funcionamento e estrutura;

IX – aprovar contratos e convênios.

Parágrafo único. Obrigações financeiras só poderão ser assumidas se aprovadas em Assembléia Geral.

Art. 24. Compete ao Presidente:

I – representar a Entidade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

II – convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral na conformidade deste Estatuto, exceto no caso de convocação por um quinto das filiadas;

III – encaminhar os casos de urgência, submetendo-os à deliberação da Diretoria;

IV – assinar com o Tesoureiro os cheques e documentos relativos à movimentação de valores monetários;

V – superintender as atividades da Diretoria e das Comissões de Trabalho;

VI – observar fielmente o Regimento Interno e a este Estatuto.

Art. 25. Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos, bem como auxiliá-lo em suas atividades.

Art. 26. Ao Secretário Geral compete:

I – responsabilizar-se pelo livro de atas e demais documentos da secretaria;

II – lavrar as atas, na ausência de outro encaminhamento para esse fim;

III – coordenar as atividades da secretaria.

Art. 27. Ao Tesoureiro compete:

I – elaborar e propor políticas de arrecadação financeira para a UFECO;

II – responsabilizar-se pelo patrimônio da Entidade;

III – assinar com o Presidente os cheques e demais papéis relativos à movimentação de valores monetários;

IV – controlar a arrecadação das contribuições para a Entidade;

V – manter o livro caixa;

VI – elaborar o balanço anual e os movimentos patrimoniais;

VII – repassar e acompanhar a aplicação dos recursos a serem usados pelas Comissões de Trabalho.

Art. 28. Ao 1º Secretário e 1º Tesoureiro compete auxiliar respectivamente o Secretário Geral e o Tesoureiro, bem como substituí-los nos impedimentos e vacâncias.

Art. 29. Ao Diretor de Comunicação compete elaborar, propor e coordenar a execução de políticas de comunicação da UFECO.

Art. 30. Compete ao Diretor de Cultura e de Lazer:

I – elaborar e propor políticas para a área de cultura, formação, lazer e esportes;

II – responsabilizar-se pela organização dos eventos e projetos da Entidade na área;

III - difundir os meios comunitários praticados que referem aos objetivos definidos para a área.

Art. 31. Compete aos Coordenadores:

I - trazer para a Diretoria e representar, dentro dos limites das resoluções da UFECO, as proposições das filiadas da sua região;

II - informar as filiadas da sua região sobre as decisões e atividades da UFECO;

III - responsabilizar-se pela iniciativa no diagnóstico do quadro local e no encaminhamento de soluções em conformidade com as decisões da UFECO;

IV - incentivar as entidades locais e fortalecer a organização comunitária regional.

SEÇÃO III

CONSELHO FISCAL

Art. 32. O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, eleitos em Assembléia Geral, para mandato coincidente com o da Diretoria Executiva.

§ 1º Os membros do Conselho Fiscal não poderão integrar a Diretoria Executiva.

§ 2º Havendo mais de uma chapa inscrita, será proclamado eleito o Conselho Fiscal inscrito pela segunda chapa mais votada, o qual tomará posse junto com a Diretoria e no caso de este não comparecer será empossado o da chapa vencedora.

Art. 33. É atribuição do Conselho Fiscal:

I - analisar e emitir parecer sobre as prestações de contas da UFECO;

II - apurar irregularidades que esteja observando no trabalho da Diretoria e das Comissões.

SEÇÃO IV

COMISSÕES DE TRABALHO

Art. 34. As Comissões de Trabalho serão integradas por associados das filiadas, com o fim específico de elaborar proposta ou implementar resolução da UFECO.

Art. 35 - As Comissões de Trabalho serão eleitas pela Assembléia Geral ou pela Diretoria, que definirão suas atribuições, período de atuação e organização interna.

CAPÍTULO IX

ELEIÇÕES

Art. 36. A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembléia Geral no mês de setembro dos anos ímpares, para um mandato de dois anos.

Art. 378. Terá direito a voto a entidade que requerer sua filiação ou atualizar seu cadastro junto à UFECO até 30 dias antes da data da eleição.

Art. 38. A Assembléia Geral ou a Diretoria decidirá sobre o processo eleitoral e publicará, com 30 dias de antecedência, o edital de convocação.

§ 1º A reunião da instância referida no *caput* deste artigo aprovará o Regimento e a Comissão Eleitorais, esta composta por cinco pessoas.

§ 2º Membros das Chapas concorrentes não poderão integrar a Comissão Eleitoral;

§ 3º A comunicação direta com as filiadas (art. 19) obedecerá ao prazo de 20 dias anteriores à data das eleições.

Art. 39. Só podem se candidatar pessoa associada a entidade comunitária filiada a UFECO.

Art. 40. Admitir-se-á apenas uma reeleição para o mesmo cargo, no mandato subsequente, e apenas metade dos membros da Diretoria poderão ser reeleitos.

Art. 41. O integrante da Diretoria e do Conselho Fiscal da UFECO que se candidatar a cargo público eletivo no poder legislativo deverá afastar-se do cargo da Entidade no período entre o registro da candidatura e a proclamação do resultado do pleito, e no caso de ser eleito o afastamento perdurará até o final do mandato.

Parágrafo único. Também ficarão afastados da Diretoria os nomeados para cargo comissionado de gerência no poder executivo.

Art. 42. As candidaturas aos cargos da Diretoria serão apresentadas em forma de chapa, contendo os nomes e os respectivos cargos, em requerimento assinado por membro representante do grupo e responsável pelas informações contidas no documento.

Art. 43. São atribuições da Comissão Eleitoral:

I – até 14 dias antes do pleito, confeccionar e fornecer às filiadas que solicitarem listagem das aptas a exercer o direito de voto nas eleições;

II – receber até 14 dias antes do pleito a inscrição de chapa, atribuindo-lhe número seqüencial na ordem cronológica de inscrição;

III – até 13 dias antes do pleito, dar publicidade aos requerimentos de chapa recebidos;

IV – nomear os mesários de votação e apuração, que deverão realizar seu trabalho de forma isenta e eficiente;

V – admitir e credenciar fiscais das chapas;

VI – coordenar o processo eleitoral e decidir os casos omissos.

Art. 44. A impugnação de chapa ou candidatura será requerida, com os fundamentos, à Comissão Eleitoral até 72 horas após o encerramento das inscrições de chapas.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral deliberará em igual prazo e dará publicidade à decisão.

Art. 45. Cédula única apresentará todas as chapas.

Art. 46. A Assembléia Geral eleitoral poderá ser aberta pelo Presidente da UFECO na forma deste estatuto, cabendo a coordenação do processo eleitoral à Comissão Eleitoral.

Art. 47. Declarar-se-á eleita a chapa que obtiver maior número de votos, e será empossada em no máximo 30 dias.

Art. 48. Na vacância de cargo de Coordenador, o voto de dois terços das filiadas da região em questão elegerá um outro para concluir o mandato.

Art. 49. Na vacância de cargo de diretor, exceto o de Coordenador, até dois por mandato, será eleito um novo pela Diretoria, *ad referendum* da Assembléia Geral.

Art. 50. Chegando a vacância de cargos da Diretoria, incluindo os já substituídos durante a gestão, a 40% (quarenta por cento), proceder-se-á a nova eleição para completar o mandato.

Art. 51. Não poderá candidatar-se a qualquer cargo na UFECO:

I – aquele que descumprir o presente Estatuto;

II – o declarado culpado por ato lesivo à UFECO, a filiada ou ao patrimônio público, praticado no exercício de cargo da Entidade ou de filiada, mesmo que tal condenação seja oriunda da esfera administrativa.

Parágrafo único. O abrangido pelo inciso II deste artigo perde o direito de votar enquanto não sanada a irregularidade ou paga a pena.

Art. 52. Todos os documentos relativos ao processo eleitoral serão reunidos em autos que ficarão sob a guarda da Comissão Eleitoral e permitido o acesso das chapas e entidades filiadas.

CAPÍTULO X
PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS

Art. 53. O patrimônio da UFECO é constituído de:

- I – bens móveis e imóveis adquiridos por compra ou doação e seus rendimentos;
- II – contribuições das filiadas;
- III – contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos e contratos com entidades públicas ou privadas, ou de promoções;
- IV – doações de pessoas físicas ou jurídicas;
- V – títulos diversos;
- VI – subvenções oficiais.

CAPÍTULO XI
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 54. Na UFECO, os votos serão exercidos pessoalmente, correspondendo apenas um a cada pessoa.

Parágrafo único. A representação de diferentes entidades filiadas não poderá recair sobre a mesma pessoa.

Art. 55. As deliberações das instâncias da UFECO serão tomadas pela maioria dos presentes e lavradas em ata.

Art. 56. A Assembléia Geral pode conhecer sobre assuntos de competência da Diretoria e deliberar sobre eles.

Art. 57. O exercício de função de dirigente da UFECO não será remunerado.

Art. 58. No caso de desrespeito ao presente Estatuto, a Diretoria poderá aplicar pena de crítica pública, por meio de decisão fundamentada e escrita, assegurado o direito de defesa à entidade infratora.

Art. 59. À filiada que infringir o presente Estatuto será aplicada pena de exclusão por decisão da Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, respeitado o direito de defesa.

Art. 60. Por decisão da Assembléia Geral, o dirigente da UFECO que cometer irregularidade poderá ser destituído do cargo que exerce ou da condição de representante.

§ 1º A decisão prevista no *caput* deste artigo deverá ser antecedida de processo iniciado por requerimento assinado por no mínimo 3 (três) dirigentes ou filiadas.

§ 2º O processo previsto no parágrafo anterior será conduzido por uma comissão apuradora, escolhida pela Assembléia Geral, que assegurará o direito de defesa ao acusado.

Art. 61. Perderá o cargo quem não comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas sem justificativa formal aceita pelo órgão do qual faz parte.

Parágrafo único. A referida justificativa deverá ser formalizada por meio de comunicação escrita ou registro em ata.

Art. 62. A UFECO só poderá ser dissolvida quando se tornar impossível o prosseguimento de suas atividades, por decisão de Assembléia convocada para esse fim, com a presença de 50% (cinquenta por cento) das filiadas e com 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes.

Parágrafo único. A mesma Assembléia Geral decidirá sobre a destinação do patrimônio, que deverá ser repassado a entidade do Município com finalidades semelhantes às da UFECO.

Art. 63. O presente Estatuto entra em vigor na data de seu registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

....., ... de de 2002.

ANEXO F- Proposta de um novo Estatuto para UFECO

ESTATUTO

PROPOSTA DA COMISSÃO DE ESTATUTO – 29/04/2003

Souto – Elci – Paulo – Thomaz – Zé Carlos

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º A União Florianopolitana das Entidades Comunitárias – UFECO, pessoa jurídica de direito privado, de caráter associativo, sem fins lucrativos, com sede e foro em Florianópolis/SC, fundada em 14 de fevereiro de 1987, com prazo de duração indeterminado, é órgão de representação das entidades comunitárias representativas dos moradores dos bairros do município de Florianópolis.

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS E FINALIDADES

Art. 2º São princípios da UFECO:

- I – autonomia e independência com relação a credos religiosos, a partidos políticos, ao poder público e a organizações privadas;
- II – a democracia como regra básica de funcionamento;
- III – liberdade na defesa de idéias ou propostas e unidade na execução das decisões da Entidade;
- IV – lutar contra todas as formas discriminação, de dominação, alienação e desrespeito aos direitos humanos e sociais;
- V – promover a organização dos moradores a partir de suas reivindicações e interesses, estimulando a participação dos interessados.

Art. 3º A UFECO tem como finalidade principal lutar pelas reivindicações da população, reunindo e congregando as entidades comunitárias representativas dos moradores dos bairros e outros núcleos habitacionais do município de Florianópolis, motivando-as a participar da conquista de melhores condições de vida, e como finalidades específicas:

- I – lutar pelas reivindicações das filiadas, democraticamente aprovadas;
- II – representar as entidades filiadas junto ao Poderes Público e, junto às pessoas jurídicas de direito privado sempre que solicitado;
- III – promover o fortalecimento da organização do movimento comunitário em Florianópolis, a conscientização e mobilização da população;
- IV – apoiar as entidades filiadas nas suas necessidades e na realização de seus projetos;
- V – promover atividades e pesquisas que contribuam para melhor conhecimento da realidade;
- VI – conhecer e estimular formas solidárias de produção, que valorizem as potencialidades locais;

VII - promover a defesa do meio ambiente, dos consumidores e dos direitos urbanos da população, por meio de ações judiciais ou extrajudiciais;

VIII - buscar a democratização do Poder Público, a elaboração e a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população;

IX - articular com outras entidades comunitárias e movimentos populares a unificação das lutas;

X - celebrar convênios e contratos com entidades públicas e privadas visando à consecução dos objetivos da UFECO.

Art. 4º É vedado à UFECO praticar atividade político-partidária e acolher proselitismo.

CAPÍTULO III

FILIADAS

Art. 5º Pode filiar-se à UFECO a entidade comunitária representativa dos moradores de bairros e núcleos habitacionais do município de Florianópolis, legalmente constituída como pessoa jurídica e em pleno gozo de seus direitos legais há mais de 90 (noventa) dias.

Art. 6º A qualidade de filiada é adquirida mediante a entrega à Secretaria Geral de requerimento acompanhado dos documentos necessários (estatutos, registro do estatuto em cartório há mais de 90 dias, CNPJ/MF, ata da eleição da Diretoria com mandato em vigor e endereço para correspondência) e aprovação pela Diretoria Executiva que para isso analisará os objetivos e a constituição da entidade;

§ 1º A Diretoria deliberará sobre as novas filiadas na reunião subsequente ao recebimento do requerimento.

§ 2º No caso de filiação até 30 (trinta) dias antes do pleito eleitoral deverá fazê-lo em 10 (dez) dias.

§ 3º Havendo irregularidade nos documentos apresentados para filiação, a interessada, para exercer o voto nas eleições, terá de suprir a lacuna até 17 (dezesete) dias antes do pleito.

Art. 7º As filiadas classificam-se em:

I - Fundadoras: todas as entidades comunitárias que participaram do 1º Congresso de Entidades Comunitárias de Florianópolis, realizado em 14 (quatorze) de fevereiro de 1987;

II - Efetivas: todas as entidades comunitárias que se filiarem nos termos deste Estatuto.

Art. 8º As filiadas não respondem subsidiariamente pelas obrigações da UFECO.

Art. 9º São direitos da filiada:

I - participar das atividades desenvolvidas pela UFECO;

II - ter seus representantes nas instâncias superiores, com direito de votar e ser votados;

III - propor aos diversos órgãos da UFECO, medidas que julgue de interesse comunitário;

IV - recorrer das decisões às instâncias superiores;

V - ter acesso às atas e contas da UFECO, desde que requerido por escrito;

VI - requerer a convocação extraordinária da Assembléia Geral da UFECO, conforme o art. 18 deste Estatuto;

VII - desfiliar-se.

Parágrafo único. Não havendo decisão diversa da Assembléia Geral, ficam suspensos os direitos da entidade em débito com suas obrigações.

Art. 10. São deveres da filiada:

I - respeitar e fazer cumprir o presente Estatuto, bem como não prejudicar, direta ou indiretamente, os princípios e finalidades da UFECO;

II - respeitar os membros da Entidade, colaborando quando solicitado;

- III – comparecer, por seus representantes, às reuniões da Entidade;
- IV – contribuir para que sejam desempenhados, com dedicação e honestidade, os cargos para os quais seus representantes forem eleitos;
- V – satisfazer pontualmente as obrigações financeiras para com a UFECO;
- VI – comunicar as alterações na composição de seus órgãos dirigentes e as mudanças de endereço.

Art. 11. Perde a condição de filiada a entidade que:

- I – deixar de realizar eleições democráticas de seus órgãos dirigentes;
- II – não participar de atividade da UFECO durante 5 (cinco) anos consecutivos;
- III – não pagar a contribuição financeira à UFECO por mais dois anos ou mais.

Parágrafo único. Quando uma filiada encontra-se sem diretoria eleita, o direito de voto em assembléia ou eleição da UFECO poderá ser exercido por meio de delegados eleitos pela assembléia geral da filiada, registrada em ata com assinatura dos presentes. Da convocação desta assembléia a Diretoria da UFECO deverá ser comunicada em tempo hábil para que possa acompanhar sua realização.

Art. 12. A filiada que deixar de pertencer ao quadro de sócios não poderá reclamar restituição de qualquer contribuição que lhe tenha feito.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS CONSTITUTIVOS

Art. 13. São órgãos da UFECO:

- I – Assembléia Geral;
- II – Diretoria Executiva;
- III – Conselho Fiscal;
- IV – Comissões de Trabalho.

Art. 14 Nas reuniões das instâncias da UFECO, é assegurado o direito à palavra a qualquer associado de filiada, podendo para tanto ser solicitado o credenciamento como representante.

Art. 15. Das decisões tomadas pelas instâncias da UFECO cabe recurso à instância superior, sem prejuízo das mobilizações e calendários de lutas (ver, p. ex com bancários).

Parágrafo único. Os recursos das decisões das Comissões de Trabalho serão dirigidas diretamente à Diretoria e as das decisões do Conselho Fiscal à Assembléia Geral.

SEÇÃO I

ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 16. A Assembléia Geral é órgão soberano e instância máxima da UFECO.

Parágrafo único. Nas votações da Assembléia Geral cada filiada será representada por 3 (três) pessoas-votos;

Art. 17. As Assembléias Gerais serão ordinárias e extraordinárias.

§ 1º A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente no mês de abril de cada ano.

§ 2º A Assembléia Geral extraordinária poderá ser convocada pela Diretoria Executiva ou por um quinto das entidades filiadas.

Art. 18. A Assembléia Geral deverá ser convocada com 30 (trinta) dias de antecedência, por meio da publicação de edital, indicando local, horário e pauta, em jornal de grande circulação no município e comunicação direta com as filiadas, por ofício.

Art. 19. A mesa coordenadora da Assembléia Geral será composta pelo Presidente da UFECO e dois secretários.

Parágrafo único. A Assembléia Geral convocada por um quinto das filiadas será coordenada por pessoas escolhidas pelas convocantes.

Art. 20. A Assembléia Geral funcionará em primeira convocação com a presença de metade mais uma das filiadas, e em segunda convocação, meia hora após, com qualquer número de presentes.

Art. 21. Compete à Assembléia Geral:

I – eleger a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;

II – debater amplamente os problemas comunitários, sem limitação de espécie alguma, observadas as regras estatutárias, o Regimento Interno e as leis vigentes;

III – propor soluções para os problemas comunitários junto ao Poder Público;

IV – apresentar moções, votos de louvor e de repúdio;

V – escolher representantes das entidades comunitárias para integrar os Conselhos de Direito;

VI – decidir sobre contribuições financeiras das filiadas;

VII – aprovar as contas da Entidade;

VIII – destituir dirigentes;

IX – apreciar em grau de recurso e em última instância os casos que lhe forem submetidos;

X – reformar o Estatuto.

Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem os incisos VII e IX é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembléia convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em segunda convocação, com menos de um terço das filiadas (parágrafo único do art. 59 do Código Civil).

SEÇÃO II

DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 22. A Diretoria Executiva da UFECO compõe-se de:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – Secretário Geral;

IV – 1º Secretário;

V – Tesoureiro;

VI – 1º Tesoureiro;

VII – Diretor de Comunicação; *

VIII – Diretor de Cultura e de Lazer;

IX – Coordenador Continente I;

X – Coordenador Continente II;

XI – Coordenador Maciço;

XII – Coordenador Bacia Itacorubi;

XIII – Coordenador Ilha Leste;

XIV – Coordenador Norte I;

XV – Coordenador Norte II;

XVI – Coordenador Sul I;

XVII – Coordenador Sul II.

Art. 23. Compete a Diretoria Executiva:

- I – executar as deliberações da Assembléia Geral;
- II – cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, por ação coletiva e individual de cada diretor;
- III – reunir-se mensalmente e sempre que convocada;
- IV – prover as necessidades da Entidade;
- V – gerir as finanças e administrar o patrimônio, prestando contas anualmente e ao final do mandato;
- VI – elaborar e propor planos de ação;
- VII – organizar anualmente a Assembléia Geral, a fim de estudar e debater os problemas sócio-comunitários dos bairros e núcleos habitacionais do município de Florianópolis e assuntos de interesse;
- VIII – criar Comissões de Trabalho necessárias ao cumprimento das finalidades da UFECO, definindo seus objetivos, prazos de funcionamento e estrutura;
- IX – aprovar contratos e convênios.

Parágrafo único. Obrigações financeiras só poderão ser assumidas se aprovadas em Assembléia Geral.

Art. 24. Compete ao Presidente:

- I – representar a Entidade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II – convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral na conformidade deste Estatuto, exceto no caso de convocação por um quinto das filiadas;
- III – encaminhar os casos de urgência, submetendo-os à deliberação da Diretoria;
- IV – assinar com o Tesoureiro os cheques e documentos relativos à movimentação de valores monetários;
- V – superintender as atividades da Diretoria e das Comissões de Trabalho;
- VI – observar fielmente o Regimento Interno e a este Estatuto.

Art. 25. Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos, bem como auxiliá-lo em suas atividades.

Art. 26. Ao Secretário Geral compete:

- I – responsabilizar-se pelo livro de atas e demais documentos da secretaria;
- II – lavrar as atas, na ausência de outro encaminhamento para esse fim;
- III – coordenar as atividades da secretaria.

Art. 27. Ao Tesoureiro compete:

- I – elaborar e propor políticas de arrecadação financeira para a UFECO;
- II – responsabilizar-se pelo patrimônio da Entidade;
- III – assinar com o Presidente os cheques e demais papéis relativos à movimentação de valores monetários;
- IV – controlar a arrecadação das contribuições para a Entidade;
- V – manter o livro caixa;
- VI – elaborar o balanço anual e os movimentos patrimoniais;
- VII – repassar e acompanhar a aplicação dos recursos a serem usados pelas Comissões de Trabalho.

Art. 28. Ao 1º Secretário e 1º Tesoureiro compete auxiliar respectivamente o Secretário Geral e o Tesoureiro, bem como substituí-los nos impedimentos e vacâncias.

Art. 29. Ao Diretor de Comunicação compete elaborar, propor e coordenar a execução de políticas de comunicação da UFECO.

Art. 30. Compete ao Diretor de Cultura e de Lazer:

- I – elaborar e propor políticas para a área de cultura, formação, lazer e esportes;
- II – responsabilizar-se pela organização dos eventos e projetos da Entidade na área;

III – difundir no meio comunitário práticas que tenham nos objetivos definidos para a área.

Art. 31. Compete aos Coordenadores:

I – trazer para a Diretoria e representar, dentro dos limites das resoluções da UFECO, as proposições das filiadas da sua região;

II – informar as filiadas da sua região sobre as decisões e atividades da UFECO;

III – responsabilizar-se pela iniciativa no diagnóstico do quadro local e no encaminhamento de soluções em conformidade com as decisões da UFECO;

IV – incentivar as entidades locais e fortalecer a organização comunitária regional.

SEÇÃO III

CONSELHO FISCAL

Art. 32. O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, eleitos em Assembléia Geral, para mandato coincidente com o da Diretoria Executiva.

§ 1º Os membros do Conselho Fiscal não poderão integrar a Diretoria Executiva.

§ 2º Havendo mais de uma chapa inscrita, será proclamado eleito o Conselho Fiscal inscrito pela segunda chapa mais votada, o qual tomará posse junto com a Diretoria e no caso de este não comparecer será empossado o da chapa vencedora.

Art. 33. É atribuição do Conselho Fiscal:

I – analisar e emitir parecer sobre as prestações de contas da UFECO;

II – apurar irregularidades que esteja observando no trabalho da Diretoria e das Comissões.

SEÇÃO IV

COMISSÕES DE TRABALHO

Art. 34. As Comissões de Trabalho serão integradas por associados das filiadas, com o fim específico de elaborar proposta ou implementar resolução da UFECO.

Art. 35 – As Comissões de Trabalho serão eleitas pela Assembléia Geral ou pela Diretoria, que definirão suas atribuições, período de atuação e organização interna.

CAPÍTULO IX

ELEIÇÕES

Art. 36. A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembléia Geral no mês de setembro dos anos ímpares, para um mandato de dois anos.

Art. 378. Terá direito a voto a entidade que requerer sua filiação ou atualizar seu cadastro junto à UFECO até 30 dias antes da data da eleição.

Art. 38. A Assembléia Geral ou a Diretoria decidirá sobre o processo eleitoral e publicará, com 30 dias de antecedência, o edital de convocação.

§ 1º A reunião da instância referida no *caput* deste artigo aprovará o Regimento e a Comissão Eleitorais, esta composta por cinco pessoas.

§ 2º Membros das Chapas concorrentes não poderão integrar a Comissão Eleitoral;

§ 3º A comunicação direta com as filiadas (art. 19) obedecerá ao prazo de 20 dias anteriores à data das eleições.

Art. 39. Só podem se candidatar pessoa associada a entidade comunitária filiada a UFECO.

Art. 40. Admitir-se-á apenas uma reeleição para o mesmo cargo, no mandato subsequente, e apenas metade dos membros da Diretoria poderão ser reeleitos.

Art. 41. O integrante da Diretoria e do Conselho Fiscal da UFECO que se candidatar a cargo público eletivo no poder legislativo deverá afastar-se do cargo da Entidade no período entre o registro da candidatura e a proclamação do resultado do pleito, e no caso de ser eleito o afastamento perdurará até o final do mandato.

Parágrafo único. Também ficarão afastados da Diretoria os nomeados para cargo comissionado de gerência no poder executivo.

Art. 42. As candidaturas aos cargos da Diretoria serão apresentadas em forma de chapa, contendo os nomes e os respectivos cargos, em requerimento assinado por membro representante do grupo e responsável pelas informações contidas no documento.

Art. 43. São atribuições da Comissão Eleitoral:

I – até 14 dias antes do pleito, confeccionar e fornecer às filiadas que solicitarem listagem das aptas a exercer o direito de voto nas eleições;

II – receber até 14 dias antes do pleito a inscrição de chapa, atribuindo-lhe número seqüencial na ordem cronológica de inscrição;

III – até 13 dias antes do pleito, dar publicidade aos requerimentos de chapa recebidos;

IV – nomear os mesários de votação e apuração, que deverão realizar seu trabalho de forma isenta e eficiente;

V – admitir e credenciar fiscais das chapas;

VI – coordenar o processo eleitoral e decidir os casos omissos.

Art. 44. A impugnação de chapa ou candidatura será requerida, com os fundamentos, à Comissão Eleitoral até 72 horas após o encerramento das inscrições de chapas.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral deliberará em igual prazo e dará publicidade à decisão.

Art. 45. Cédula única apresentará todas as chapas.

Art. 46. A Assembléia Geral eleitoral poderá ser aberta pelo Presidente da UFECO na forma deste estatuto, cabendo a coordenação do processo eleitoral à Comissão Eleitoral.

Art. 47. Declarar-se-á eleita a chapa que obtiver maior número de votos, e será empossada em no máximo 30 dias.

Art. 48. Na vacância de cargo de Coordenador, o voto de dois terços das filiadas da região em questão elegerá um outro para concluir o mandato.

Art. 49. Na vacância de cargo de diretor, exceto o de Coordenador, até dois por mandato, será eleito um novo pela Diretoria, *ad referendum* da Assembléia Geral.

Art. 50. Chegando a vacância de cargos da Diretoria, incluindo os já substituídos durante a gestão, a 40% (quarenta por cento), proceder-se-á a nova eleição para completar o mandato.

Art. 51. Não poderá candidatar-se a qualquer cargo na UFECO:

I – aquele que descumprir o presente Estatuto;

II – o declarado culpado por ato lesivo à UFECO, a filiada ou ao patrimônio público, praticado no exercício de cargo da Entidade ou de filiada, mesmo que tal condenação seja oriunda da esfera administrativa.

Parágrafo único. O abrangido pelo inciso II deste artigo perde o direito de votar enquanto não sanada a irregularidade ou paga a pena.

Art. 52. Todos os documentos relativos ao processo eleitoral serão reunidos em autos que ficarão sob a guarda da Comissão Eleitoral e permitido o acesso das chapas e entidades filiadas.

CAPÍTULO X

PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS

Art. 53. O patrimônio da UFECO é constituído de:

- I – bens móveis e imóveis adquiridos por compra ou doação e seus rendimentos;
- II – contribuições das filiadas;
- III – contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos e contratos com entidades públicas ou privadas, ou de promoções;
- IV – doações de pessoas físicas ou jurídicas;
- V – títulos diversos;
- VI – subvenções oficiais.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 54. Na UFECO, os votos serão exercidos pessoalmente, correspondendo apenas um a cada pessoa.

Parágrafo único. A representação de diferentes entidades filiadas não poderá recair sobre a mesma pessoa.

Art. 55. As deliberações das instâncias da UFECO serão tomadas pela maioria dos presentes e lavradas em ata.

Art. 56. A Assembléia Geral pode conhecer sobre assuntos de competência da Diretoria e deliberar sobre eles.

Art. 57. O exercício de função de dirigente da UFECO não será remunerado.

Art. 58. No caso de desrespeito ao presente Estatuto, a Diretoria poderá aplicar pena de crítica pública, por meio de decisão fundamentada e escrita, assegurado o direito de defesa à entidade infratora.

Art. 59. À filiada que infringir o presente Estatuto será aplicada pena de exclusão por decisão da Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, respeitado o direito de defesa.

Art. 60. Por decisão da Assembléia Geral, o dirigente da UFECO que cometer irregularidade poderá ser destituído do cargo que exerce ou da condição de representante.

§ 1º A decisão prevista no *caput* deste artigo deverá ser antecedida de processo iniciado por requerimento assinado por no mínimo 3 (três) dirigentes ou filiadas.

§ 2º O processo previsto no parágrafo anterior será conduzido por uma comissão apuradora, escolhida pela Assembléia Geral, que assegurará o direito de defesa ao acusado.

Art. 61. Perderá o cargo quem não comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas sem justificativa formal aceita pelo órgão do qual faz parte.

Parágrafo único. A referida justificativa deverá ser formalizada por meio de comunicação escrita ou registro em ata.

Art. 62. A UFECO só poderá ser dissolvida quando se tornar impossível o prosseguimento de suas atividades, por decisão de Assembléia convocada para esse fim, com a presença de 50% (cinquenta por cento) das filiadas e com 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes.

Parágrafo único. A mesma Assembléia Geral decidirá sobre a destinação do patrimônio, que deverá ser repassado a entidade do Município com finalidades semelhantes às da UFECO.

Art. 63. O presente Estatuto entra em vigor na data de seu registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

....., ... de de 2002.

ANEXO F – Ata da UFECO

ATA N.º 2 - ATA DE ELEIÇÃO DA PRIMEIRA DIRETORIA DA UFRGS
UNião das Entidades Comunitárias de Florianópolis

7016.

nos sete (7) dias do mês de março de 1987, na sede do

dois (2) dias em Florianópolis/SC, com a finalidade de

escolha da primeira diretoria da UFRGS e para a nomeação

dos representantes das entidades comunitárias no Conselho Deliberativo da

UFRGS para o período de 1987/1990. Com efeito,

às 10:00 horas a reunião foi dada por aberta por EDUARDO ZAVARUTE,

quando em vista a ausência do Coordenador Geral da Comissão Organizadora;

que iniciou a eleição de um novo presidente para a UFRGS, tendo sido eleito

o Sr. Manoel Leite Cavalcante de Assis dos Homens do Abaeté.

O Sr. Manoel Leite Cavalcante de Assis dos Homens do Abaeté, o

Sr. Manoel Roberto Machado e o Sr. Evandro Faurante como Secretários

adjuntos e Secretários respectivamente, tendo sido aprovado todos os

interlados. O Sr. Miguel Sedrez, depois de antes de formar o

chefe de seção Sr. Evandro Faurante das entidades

das no Conselho Deliberativo; depois de esta contenda por se tratar

com o resultado de que a maioria das entidades presentes se havia

ainda escolhidos os seus representantes. No caso, sendo que o Sr. Manoel

Leite Cavalcante de Assis dos Homens do Abaeté, com o intuito

de solucionar o problema proposto pelo Conselho de Estado a fim

de da entidade por esta não estar inscrita nos estatutos das entidades

de direito privado. A maioria ficou no Sr. Manoel Roberto Faurante,

de direito privado. A maioria ficou no Sr. Manoel Roberto Faurante,

de direito privado. A maioria ficou no Sr. Manoel Roberto Faurante,

de direito privado. A maioria ficou no Sr. Manoel Roberto Faurante,

de direito privado. A maioria ficou no Sr. Manoel Roberto Faurante,

de direito privado. A maioria ficou no Sr. Manoel Roberto Faurante,

de direito privado. A maioria ficou no Sr. Manoel Roberto Faurante,

de direito privado. A maioria ficou no Sr. Manoel Roberto Faurante,

de direito privado. A maioria ficou no Sr. Manoel Roberto Faurante,

de direito privado. A maioria ficou no Sr. Manoel Roberto Faurante,

de direito privado. A maioria ficou no Sr. Manoel Roberto Faurante,

de direito privado. A maioria ficou no Sr. Manoel Roberto Faurante,

DO A CONTINUIDADE DO CONSENSO, AINDA O ANTEGO DO CONSENSO
PARA SER REVISTO TESTEMUNHANTE, O SR. MIGUEL SERRER TACOS TAM-
BEM QUE DE DEIXAR SEM FALSA PARTE DA DIRETORIA DA ENTIDADE
(UM) MEMBRO DA CADA ENTIDADE, APOSTA CONTESTADA POR SEMPRE
TAREFAS DA RESOLUÇÃO DO ASSOCIA, MAS QUE FEI ANUNCIADA POR
MULHERA DOS PRESENTES, APÓS O SR. PRESIDENTE DA MOBIL CONCEDER
5 MINUTOS PARA ESCLARECIMENTO E 10 MINUTOS PARA ARGUMENTOS DE
CHAPAS E APRESENTAÇÃO. APÓS ESTE INTERVALO FUI RECEBIDO OS
TRABALHOS COM UM PROTESTO GERAL DO SR. SERGIO ROBERTO MALUADA
DA ASSOCIACAO DOS MANDONDES DO MORRO DO HEMECIAO, TENDO O NOME
SE RETIRADO DA MOBIL, E JUNTAMENTE COM O SR. FELIPE JACQUES,
SE APOSTADO DA REUNICAO, EM FORMA DE PROTESTO, A SEGUIR
FOI RECEBIDO AS CHAPAS, TENDO SIDO ANUNCIADA CHAPA ÚNICA
COMPOSTA PELOS SR. JENS CLAUDIO FERREIRA, COMO PRESIDENTE, ESTE GRUPO
DA ASSOCIACAO DOS MANDONDES DOS ENLACES, O SR. GUIZIANO FERREIRA DO
ASSOC. MANDONDES DOVA PLANICIA COMO VICE PRESIDENTE, SECRETARIO GERAL
O SR. MARCOS AUGUSTO NUNES, DO CONSENSO COMUNITARIO DO SAO GRANDE I,
2º SECRETARIO O SR. CARLOS HENRIQUE RECH, DO C. C. DE LOBOSINOS,
2º SECRETARIO O SR. ANGELO AUGUSTO SONAGLIO DA ASSOC. DOS MANDONDES
DO BARRIO JOSE MONDES, COMO TESOUREIRO GERAL O SR. ANGELO B.
DO SILVA DO C. C. DE ESPERANCA, 1º TESOUREIRO O SR. MARCO SILVA
DA ASSOCIACAO DOS MANDONDES DA AGRONOMICA, COMO COORDENADOR
DE ÁREA; CONTINGENTE "1" O SR. FRANCISCO DA ASSOCIACAO DOS MANDONDES
DE LOBOSINOS, CONTINGENTE "2" O SR. JOSE MANOEL BRASIL DO CONSENSO COMU-
NITARIO DA COLONIA, ILHA NORTE O SR. VILMO H. LACERDA DA ASSOCIACAO
DOS MANDONDES DO VANDER REBOUCA, ILHA LESTE/SUL O SR. M. LINDA DA
ASSOCIACAO DOS MANDONDES DO LAGO A, ILHA CENTRO "1" O SR. EDUARDO
ZAVARIZE DA ASSOCIACAO DOS MANDONDES DO MATO VERDE, ILHA
CENTRO "2" SRA. SHIRLEY GUIMARAES RECHA DOS SANTOS DO CONSENSO
COMUNITARIO DA TRINHA, CONSENSO RESERVA OS SRS. MIGUEL SERRER,
DO C. C. DO PARQUE SIA FORTI, SR. RONALDO B. FREIRE DA ASSOC. MANDONDES
DO SAMBAQUI, O SR. MANOEL MARCELO CAVALCANTE DA ASSOCIACAO DOS MANDONDES

Niquelândia
FELDIR ANDRADE
BENONI FOMAS

OSNI PEREIRA
VIVIZ MORAES
CARLOS HENRIQUE RECH

MAURICIAU - m. Cely V. Pauchau
Argemiro Bento da Silveira
Célio Bento da Silveira

MISSEL MENDES DA SILVA

NANOEL LEITE CAVALCANTI

JOSÉ M. BRASIL

JESUS CLAVINHO F.

José Manoel da Silveira

GILSON ARAUJO SARDÁ

MARCOS AURELIO NEVES

MURILLO SILVA

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

MURILLO NEVES

S. J. JACO
D. FLORIANE

APROCOM

APROCOM

CAPOCIMA
CC

CONS. LOM. LOQUEÍROS

A.B. Samboceni

Amola

DMST - ITACORUBI

ABRAÃO

COLONINHA

ASSO COM. Inglesa

AMA - ITACORUBI

AMAZ ITACORUBI

CONSELHO COMUNITARIO SACO
GRANDE

125-943